



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

Felipe Müller Ziliotti

**Evolução do crédito para aquisição de veículos: uma análise do consumo das famílias
entre 2003 e 2012.**

Moeda, crédito e sistema financeiro no Brasil

Campinas

2013

Felipe Müller Ziliotti

Moeda, crédito e sistema financeiro no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Graduação do Instituto de Economia da Universidade
Estadual de Campinas para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do
Prof. Dr. André Martins Biancarelli.

Campinas

2013

Agradecimentos

Aos professores do Instituto de Economia da Unicamp,
À minha esposa e família, pelo apoio.
A Deus, por tudo.

Campinas

2013

ZILIOTTI, Felipe Müller. **Moeda, crédito e sistema financeiro no Brasil**. 2013, 59fls.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, 2013.

RESUMO

Este trabalho faz uma análise da evolução recente do crédito disponível às famílias, analisando os principais impactos das medidas macroeconômicas, regulatórias e da evolução do consumo familiar entre 2003 e 2012, focando no impacto dessas medidas na aquisição de veículos. O foco do trabalho consiste na análise do comportamento do crédito livre para aquisições de veículos e do consumo de veículos pelas famílias entre 2003 e 2012.

Palavras-Chaves: Crédito livre, consumo, veículos, renda das famílias.

ABSTRACT

This paper makes an analysis regarding the recent evolution of available credit to households, analyzing the main impacts of macroeconomic, regulatory and household consumption evolution between 2003 and 2012, focusing on the impacts of these measures over household consumption of vehicles between 2003 and 2012.

Key-words: Free credit, consumption, vehicles, household income.

Lista de Figuras

Gráfico 1 – Poder de compra do salário mínimo (em % da cesta básica).....	8
Gráfico 2 – Salário mínimo real em R\$ 1995-1999	9
Gráfico 3 – Relação crédito como % do PIB	14
Gráfico 4 - Relação crédito como % do PIB, países selecionados (2003)	14
Gráfico 5 - Relação crédito habitacional como percentual do PIB – 1994 a Julho de 2003	15
Gráfico 6 - Relação crédito e compulsório como percentual do PIB – Junho de 2000 a Julho de 2003	16
Gráfico 7 - Relação entre spread bancário e nível de inadimplência (dezembro de 2003).....	18
Gráfico 8 - Evolução do crédito total e para o setor privado – em % do PIB	20
Gráfico 9 – Operações de Crédito do Sistema Financeiro (em % do PIB)	21
Gráfico 10 – Saldo total de crédito com recursos livres destinados a pessoa física entre 2000 e 2012 (R\$ bilhões)	23
Gráfico 11 - Evolução da bancarização no Brasil entre 2003 e 2007: evolução do número de contas corrente, contas poupança e percentual da população com acesso a bancos	25
Gráfico 12 – Evolução da taxa de crescimento anual do saldo de crédito, emprego formal e rendimento real entre 2001 e 2012	27
Gráfico 13 – Evolução do rendimento médio real efetivo das pessoas ocupadas (R\$) 2001 – 2012 e índice de elevação da renda (base 100% em 2001)	27
Gráfico 14 – Evolução do índice de pobreza (percentual da população sobre a população total definida como “pobre”)	28
Gráfico 15 – Evolução da taxa média pré-fixada das operações de crédito com recursos livres (pessoa física) e spread médio das operações de crédito com recursos livres	29
Gráfico 16 – Evolução da taxa de inadimplência das operações de crédito com recursos livres (inadimplência acima de 90 dias em relação ao total pessoa física, em percentual).....	30
Gráfico 17 – Evolução do faturamento líquido com venda de automóveis (em US\$ bilhões) e participação no PIB Industrial (%)	33
Gráfico 18 – Evolução do investimento da indústria automobilística brasileira (apenas autoveículos), em US\$ milhões	33
Gráfico 19 – Evolução da quantidade de pessoas empregadas na produção de auto veículos (milhares).....	35
Gráfico 20 - Evolução do saldo total das operações de leasing – 2003 a 2011 (R\$ bilhões)...	39

Gráfico 21 - Evolução do saldo de crédito para aquisição de veículos – 2003 a 2011 (R\$ bilhões)	40
Gráfico 22 - Evolução dos métodos de pagamento para aquisição de veículos 2007 - 2012...	42
Gráfico 23 - Taxa média de juros cobrada por instituições financeiras para PJ, PF e par aquisição de veículos entre 2007 - 2012.....	43
Gráfico 24 - Prazos dos planos de financiamento e prazo médio das operações – 2007 a 2012... ..	44
Gráfico 25 - Licenciamento de veículos novos e usados – 2007 a 2012.....	45

Lista de Tabelas

Tabela 1.0 – Montadoras instaladas no Brasil: produtos, fábricas e emprego	32
Tabela 2 – Produção total de autoveículos (em milhares de unidades).....	37

Siglas

ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto
ANEF - Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras
ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotres
BCB – Banco Central do Brasil
CMN - Conselho Monetário Nacional
Febraban - Federação Brasileira de Bancos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia
IOF – Imposto sobre operações financeiras
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OICA - The International Organization of Motor Vehicle Manufacturers
PIB - Produto Interno Bruto
Renavam - Registro Nacional de Veículos Automotores
Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1: Cenário de crédito no Brasil: principais evoluções entre 2003 e 2012.....	5
1.1. O Plano Real: Transformações no sistema bancário e o crédito – as bases para expansão creditícia pós 2003.....	5
Capítulo 2: Novas perspectivas após 2003: inovações e estabilização – O novo ciclo de crédito entre 2003 e 2008	13
2.1. O cenário regulatório e macroeconômico no início de 2003 – Principais mudanças regulatórias adotadas pelo Banco Central e na condução da política econômica	13
2.2. Evolução do saldo de crédito com recursos livres para pessoa física entre 2000 e 2012..	22
2.3. Análise da evolução do crédito para pessoa física e de suas principais variáveis – 2003 a 2012	25
2.4. Mudanças na taxa de juros e principais impactos para o consumidor.....	28
Capítulo 3: A evolução da demanda por veículos pelas famílias e o papel do crédito livre	30
3.1. A evolução do mercado de automóveis: uma análise da produção e atuação das montadoras	31
3.2. O papel do crédito para aquisição de veículos na evolução recente do consumo de veículos: uma análise do consumo das famílias	37
3.3. O financiamento de veículos entre 2007 e 2012: uma análise das principais mudanças e tendências	40
4. Conclusão	46
5. Referências bibliográficas	48

Introdução

Esta monografia busca compreender a evolução das vendas do setor automobilístico no período entre 2003 e 2012 através de uma análise da evolução do crédito livre para as famílias, da evolução da renda, da melhoria do ambiente regulatório e da criação de novos instrumentos facilitadores para obtenção do crédito para consumo.

Em suma, busca analisar as principais evoluções na aquisição de automóveis comerciais leves, considerando a hipótese de que as recentes alterações na atuação dos bancos e do ambiente competitivo, a melhoria na regulação do sistema financeiro nacional, a elevação da renda e tendência de queda na taxa de juros, contribuíram para o grande dinamismo na concessão de crédito dos últimos anos, que por sua vez, foi fundamental na viabilização do crescimento sem precedentes na aquisição de veículos.

Portanto, procura-se analisar os determinantes da evolução do crédito livre para pessoa física, de modo a se compreender o desempenho do setor automobilístico no período considerado, uma vez que este trabalho procura relacionar diretamente a evolução do crédito como explicação principal evolução da demanda e consequente ampliação na venda de veículos.

O mercado de crédito sempre foi alvo de preocupação dos formuladores de política econômica por ser um importante canal de transmissão da política monetária e alavancador do crescimento econômico.

Especificamente no Brasil, o mercado de crédito se caracterizou por volumes reduzidos de concessão de crédito, mesmo após o Plano Real, quando alguma expansão mais forte foi sentida como consequência da estabilização da inflação (Trabalhos Para Discussão, 2004).

Em 2003, a atuação dos bancos privados no Brasil se alterou de maneira significativa, ocorrendo importantes mudanças em seus portfólios, que passaram a ser mais diversificados e menos concentrados em aplicações da dívida pública (Biancareli, 2009).

As melhorias no cenário macroeconômico brasileiro induziram os bancos a redefinirem suas estratégias de mercado, passando a ampliar a concessão de crédito à pessoa física e demais modalidades. Assim, o crédito como proporção do PIB passa de 21,8% em 2003 para mais de 48% em 2011.

É o mais longo período de expansão do crédito na história recente brasileira e seu direcionamento foi em sua maioria ao setor privado, principalmente direcionado às famílias. Em relação a origem dos recursos, o crédito livre direcionado à pessoa física é aquele de maior preponderância (Prates e Biancareli, 2009)

Desse modo, a forte elevação do crédito à pessoa física, que passa de R\$ 120 bilhões em 2003 para mais de R\$ 400 bilhões em 2008, foi sem dúvida essencial à diversificação da pauta de consumo das famílias e também na ampliação do consumo total.

Essa monografia procura entender em especial a evolução do crédito livre às famílias direcionado ao financiamento de veículos. A análise se justifica em face da importância do setor automotivo no Produto Interno Bruto nacional e sua estreita relação com o aumento da oferta de crédito.

Busca-se aqui compreender a evolução do crédito livre às famílias entre 2003 e 2012, focando no crédito destinado à aquisição de automóveis, que se expandiu em 5 vezes segundo dados do Banco Central, saltando de R\$ 27 bilhões em 2003 para R\$ 140 bilhões em 2010.

Em suma, é um trabalho que busca compreender como a elevação da renda e dos padrões de consumo em conjunto a melhorias no Sistema Financeiro Nacional possibilitaram que, numa década, o crédito crescesse a taxas tão elevadas de modo a mais que duplicar a

relação crédito/PIB e foram capazes de aumentar o consumo de diversos bens duráveis, dentre os quais, veículos.

Procura-se entender a dinâmica do crédito livre destinado às famílias e como esse fluiu para o consumo de veículos. Através de uma periodização dos dados busca-se compreender qual impacto o crédito trouxe ao aumento da demanda por veículos, analisando as principais políticas do governo adotadas para dinamizar e ampliar o acesso ao consumo de bens duráveis, expandir a renda e o crédito.

Esta monografia está organizada em três capítulos e uma sessão para conclusão. O primeiro capítulo faz uma introdução do cenário de crédito e suas principais evoluções entre 2003 e 2012, discutindo as primeiras mudanças anteriores a 2003, que possibilitaram a evolução do crédito nos anos posteriores.

O segundo capítulo foca em evidenciar as mudanças que ocorreram durante os anos 2000, tanto do ponto de vista regulatório, quanto do ponto de vista dos emprestadores e tomadores de crédito, de modo a tornar mais evidente as principais alterações que alavancaram o crescimento do saldo de crédito a pessoa física.

Após discutir sobre a evolução do ambiente macroeconômico, regulatório e como isso possibilitou a evolução recente no saldo de crédito, considerado o grande alavancador do consumo de veículos e principal hipótese desta monografia (que a elevação do consumo de veículos só se possibilitou pela maior disponibilidade de crédito), discute-se a evolução do setor automobilístico em si e suas principais evoluções, destacando a evolução do consumo de veículos e dos principais instrumentos de crédito relacionados.

Este capítulo permite articular toda a evolução do consumo de veículos com as explicações da evolução do crédito, tornando claro que o bom desempenho do setor teve contribuição fundamental do crédito para pessoa física.

Por fim, a conclusão busca articular os principais elementos que contribuem para explicar a evolução do crédito para pessoa física e como esse, de fato, foi fundamental para a evolução da aquisição de veículos e do grande dinamismo observado por essa indústria.

Capítulo 1: Transformações no sistema bancário e o crédito – as bases para expansão creditícia pós 2003

O capítulo 1 discute as principais alterações que ocorreram no ambiente macroeconômico e no modo de operar dos bancos privados durante a segunda metade da década de 1990 e que foram fundamentais para explicar as bases para as evoluções que seriam observadas no ambiente de crédito nacional após os anos 2000.

Deste modo, inicia por introduzir as principais razões que explicam por que o mercado bancário torna-se mais competitivo e por que o crédito para consumo se coloca como uma possibilidade rentável para os bancos.

Em seguida, discute-se os principais que o Plano Real teve no ambiente de concessão de crédito nacional, articulando seus impactos com o cenário de crise internacional e de baixo crescimento nacional, procurando evidenciar em que medida e como o Plano Real pode colaborar na expansão do crédito que seria observada.

1.1. O Plano Real: Novos elementos na competição bancária e elevação do apetite para concessão de crédito para consumo

A implantação do Plano Real possibilitou que o sistema financeiro nacional sofresse grandes transformações em seu comportamento e estrutura, modificando as formas de atuação dos agentes financeiros e, principalmente das instituições financeiras. As modificações realizadas no Plano Real acabaram com a rentabilidade dos bancos que derivava de ganhos com o floating e inflacionários.

Prates e Freitas argumentam que o Plano Real marcou o início de importantes transformações no sistema bancário brasileiro, associadas a um conjunto de fatores entre os quais i) a estabilização de preços (e a conseqüente redução da fonte de rentabilidade por excelência dos bancos no período precedente, as receitas de floating e inflacionárias) e a gestão das políticas monetária e cambial, destacando-se a manutenção da taxa de juros básica num patamar elevado, mesmo após a adoção do regime de câmbio flutuante, em janeiro de 1999; ii) estruturalmente, a abertura financeira e ampliação da internacionalização; iii) a convergência da regulamentação prudencial interna aos padrões fixados pelo Bank of

International Settlements (BIS), com adoção das regras do Acordo de Basileia (Freitas, 2007a).

Essas transformações marcaram um período de alteração na forma de atuação dos bancos no Brasil de modo que o crédito passa a se apresentar como importante oportunidade de rentabilidade:

“Vários autores consideravam que, após a mudança no cenário econômico, a lucratividade dos bancos deixaria de depender da captação de depósitos e passaria a depender do crescimento das operações de crédito.” (SOARES, 2001)

Um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA) concluiu que houve redução expressiva, em torno de 50% na participação do setor financeiro no PIB pós Plano Real. Em 1994, a participação era de 12,4% e caiu para 6,9% em 1995. O estudo também concluiu que a principal explicação para redução seria a perda das receitas inflacionárias:

“Comumente apontadas como parcela importante das receitas bancárias em períodos de alta inflação, representavam em média 3,7% do PIB, no período de 1990-1994, e 35% da produção imputada das instituições financeiras. Em 1995, vê-se que essas receitas tornaram-se irrelevantes, caindo para 0,6% da produção imputada.” (IBGE, 1997, p. 25)

Ademais, segundo Mendonça de Barros e Almeida Junior os bancos brasileiros perderam algo em torno de R\$ 19 bilhões decorrentes da estabilização de preços na economia brasileira. (Barros et alii, 1997, p. 2 a 4)

Quanto ao crédito, acreditavam que ele aumentaria porque assim os bancos compensariam a perda de receita inflacionária. Já que uma das formas encontradas pelo sistema bancário para compensar a perda da receita inflacionária, antes de fechar agências e efetuar os ajustes que se faziam necessários no modelo operacional, foi expandir as operações de crédito, lastreadas pelo crescimento abrupto dos depósitos bancários trazidos com o Plano Real. Os depósitos à vista, por exemplo, mostraram crescimento de 165% nos seis primeiros meses do Plano Real, e os depósitos a prazo, crescimento de quase 40% para o mesmo período. (Barros et alii, 1997, p. 5)

Esse novo cenário, de maior estabilidade econômica e menor inflação, deveria redefinir o campo de atuação dos bancos. O Plano Real em comparação com outros planos foi efetivamente um sucesso, naquilo que diz respeito ao controle inflacionário.

No entanto, outras questões deviam ser consideradas para que se pudesse definir se havia de fato condições para o estabelecimento de um sistema de crédito desenvolvido e que atingisse diversos públicos, entre os quais, o crédito destinado às famílias.

Daniel Cerqueira aponta que o reaparecimento do crédito teria sido uma consequência dos principais efeitos estabilizadores do Plano Real. A elevação da disponibilidade de crédito para as famílias também fez emergir problemas relacionados à inadimplência e a má avaliação dos bancos em relação ao risco de crédito:

“Dentre os desdobramentos que se seguiram à estabilização, um dos mais importantes foi, sem dúvida, o reaparecimento do crédito, em especial do crédito para consumo. Esse crescimento, por um lado, atendia a uma demanda reprimida por quase duas décadas de inflação elevada, ao mesmo tempo em que respondia à necessidade dos bancos de encontrarem um substituto para as transferências inflacionárias, que eram responsáveis até então por parcela expressiva dos seus ganhos. (...) Esse crescimento das operações de crédito, contudo, deu-se sobre uma base de informações bastante precária, como decorrência do longo período em que as instituições financeiras estiveram concentradas quase que exclusivamente em atividades de tesouraria. Assim, a relativa falta de experiência na concessão do crédito acabou produzindo uma situação em que a qualidade dos mesmos não acompanhou, em princípio, a sua expansão.” (Cerqueira, 1998)

Roberto Troste, em linha semelhante argumenta que:

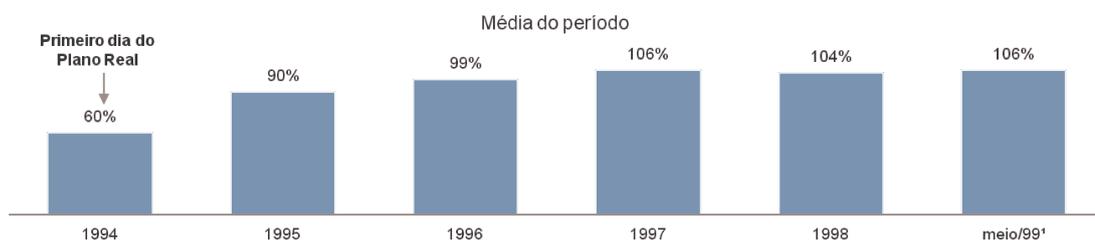
“Uma inflação crônica, como a que vivíamos no Brasil, possui fatores que inibiam o desenvolvimento do setor bancário. Havia uma incerteza muito grande, que inviabilizava outras operações que não as de curtíssimo prazo. É fato que os ganhos de floats existentes diminuíram com a queda da inflação, mas igualmente os custos de floats, que também eram muito elevados, diminuíram. Por outro lado, as operações bancárias como um todo aumentaram com o fim da inflação. Esse é um fenômeno típico da estabilização em todo o mundo.” (Troster, 1998, p. 14).

1.2. Principais impactos do Plano Real: novas bases para expansão creditícia após 2003

Deve-se considerar, entre outras questões, a renda das famílias, o crescimento econômico do país, a formalização da força de trabalho e a maior participação das famílias no sistema bancário, ou seja, aumento na abertura de contas e participação das famílias no sistema financeiro nacional, que per si, pressupõe formalização das relações de trabalho e estabilidade.

Analisando esses fatores, pode-se construir um cenário de transformação na oferta e demanda de crédito. O poder de compra em porcentagem da cesta básica duplicou no período de 1994 a 1999. O poder de compra do salário mínimo, no mesmo período aumentou em 110%, já o valor da cesta básica em 14%.

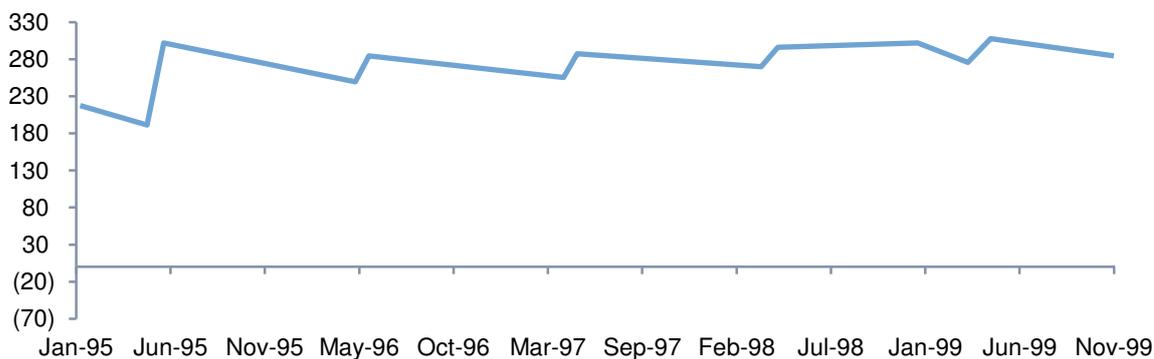
Gráfico 1 – Poder de compra do salário mínimo (em % da cesta básica) – 1994 a Junho de 1999



Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Já o salário mínimo real apresenta melhora pouco significativa, de R\$232 em janeiro de 1995 para R\$296 em dezembro de 1999, evolução real de 27,5%. Os dados do gráfico 2 apresentam detalhes da evolução do salário mínimo real.

Gráfico 2 – Salário mínimo real em R\$ 1995-1999



Fonte: IPEA DATA, elaboração própria.

Essa relativa melhora da renda possibilitou a preservação do poder de compra dos salários associados à queda da inflação, de modo que aumentou a demanda de crédito pelas famílias:

“Por um lado, as instituições bancárias perderam acesso aos ganhos inflacionários. Por outro lado, passaram a promover políticas ativas de expansão dos empréstimos, sobretudo de curto prazo, beneficiando-se do aumento da demanda por crédito. O estado de confiança criado pela expectativa de estabilização dos preços levou os consumidores, sobretudo os de renda mais baixa, a ampliar a demanda por bens de consumo duráveis, devido ao aumento real e a preservação do poder de compra dos salários associados à queda da inflação.” (CINTRA 2006, p. 294. L)

Cabe destacar, porém, que houve expressiva piora no nível de emprego nacional (desemprego em 1995 de 6,7% e em 1999 de 10,4%), que o país passou por duas crises e que teve crescimento da proporção crédito/PIB diminuído.

Neste período, o Brasil sofreu graves consequências oriundas da crise que abateu, a priori, os países da Ásia e em seguida a Rússia, conforme argumentam Fontes, Arbex e Silva Jr:

“O primeiro episódio, iniciado no segundo semestre de 1997 com a crise asiática, tomou proporções gigantescas, atingindo principalmente os países emergentes. Como consequência, a economia brasileira experimentou uma elevada fuga de capitais, acrescida de uma redução de suas reservas internacionais. O segundo episódio refere-se à moratória da Rússia que, sem dúvida, agravou ainda mais a situação

da economia brasileira no que diz respeito à crescente fuga de capitais e à conseqüente redução continuada das reservas.

A crise financeira, que se iniciou na Rússia, atingiu novamente as Bolsas de Valores do resto do mundo, inclusive as brasileiras. Incorrendo em prejuízos em outros países, os investidores internacionais reduziram suas aplicações em papéis brasileiros, num contínuo processo de remessas de divisas para o Exterior.

Assim como no segundo semestre de 1997, também em 1998, as reservas internacionais reduziram-se sensivelmente (...). No período de julho a setembro de 1998, o País perdeu mais de US\$ 20 bilhões em reservas internacionais.” (Biancarelli e Prates, 2009)

Ainda, à luz do referencial teórico pós-Keynesiano, Luiz Fernando de Paula e outros, argumentam que a crise internacional, além de reduzir a relação crédito/PIB, também modificou o modo de operação dos bancos:

“No primeiro momento do Real os bancos, no contexto de forte crescimento da demanda por crédito, compensaram as perdas das receitas inflacionárias expandindo crédito e adotando uma postura financeira mais ousada; no segundo momento, a partir da crise bancária de 1995 e, posteriormente, com a crise externa de 1997-1998, passaram a adotar uma postura mais defensiva, expressão de sua maior preferência pela liquidez e aversão ao risco.” (Paula et alii, 1999, p. 1).

O recrudescimento da crise fez com que o governo tomasse medidas austeras, entre as quais a elevação das taxas de juros a um patamar recorde de 49% a.m e um corte orçamentário de R\$ 4 bilhões. Deste modo, o crédito como porcentual do PIB saiu de um patamar de 34% em 1995 para 26% em 1999.

Em face de um cenário onde prevaleceram alta volatilidade no mercado brasileiro, alta taxa de juros e instabilidades causadas pela crise Asiática e Russa, as transformações esperadas na atuação dos bancos no sentido de ampliar a oferta de crédito e expandir suas estratégias de mercados não foram confirmadas. Prates e Freitas argumentam nesse sentido:

“De 1994 a 2002, contudo, não houve alteração significativa na preferência pela liquidez dos bancos privados em relação ao padrão dos anos de alta inflação. Com exceção de um curto período de expansão do crédito após o Plano Real - que teve duração de somente oito meses (conduzindo a relação crédito/PIB de 31,7% em junho de 1994 para 36,8% em janeiro de 1995) - essas instituições continuaram priorizando as aplicações em títulos públicos vis-à-vis as operações de crédito, a despeito do diferencial ainda maior de rentabilidade dessas últimas no Brasil em função do altíssimo spread bancário

relativamente ao observado nos demais países em desenvolvimento.”
(Prates e Freitas, 2010)

O Plano Real, portanto, obteve sucesso no combate a inflação, porém não foi capaz de alterar o panorama geral de crédito e da atuação dos bancos, como se argumentava.

A estabilização econômica esperada não ocorreu e o Brasil sofreu graves impactos relacionados à crise bancária de 1995, e das crises Asiática e Russa em 1998. Somente se observará uma melhora no cenário de crédito, de fato, no início do primeiro Governo Lula, após 2003.

Por fim, as mudanças no ambiente concorrencial no período entre 1994 e 2002 desencadearam ações reativas por parte dos bancos privados brasileiros. Por um lado, essas instituições alteraram suas próprias estratégias, adotando novas tecnologias, criando novos produtos, explorando novos mercados, reduzindo seus custos, aperfeiçoando seus sistemas de controle, avaliação de riscos e diversificando suas fontes de receitas, sobretudo mediante a cobrança por serviços antes oferecidos gratuitamente.

Por outro lado, a entrada de grandes bancos estrangeiros estimulou a busca de escala e de poder de mercado por parte dos bancos privados nacionais varejistas, por meio de fusões e aquisições, com impactos diretos no grau de concentração do setor.

A interação entre essas mudanças e a dinâmica concorrencial das instituições bancárias teve como principais desdobramentos o aumento da solidez do sistema bancário brasileiro (associado ao processo de reestruturação patrimonial e à introdução dos novos instrumentos de gestão de risco), bem como um avanço no grau de sofisticação do sistema financeiro brasileiro.

Contudo, até 2002, o sistema não mostrou mudanças na sua forma de atuação em relação ao padrão dos anos de alta inflação, mantendo uma elevada preferência pela liquidez, ou seja, com exceção de um curto período de expansão do crédito após o Plano Real, os bancos brasileiros e estrangeiros continuaram priorizando as aplicações em títulos públicos vis-à-vis a concessão de crédito, sobretudo crédito para consumo. (Freitas, 2007a e b)

Conclui-se que o Plano Real foi fundamental para a estabilização da inflação e foi capaz de dar certa estabilidade econômica durante um curto período de tempo. As subsequentes crises ocorridas durante a década de 1990 (crise bancária em 1995 e Asiática/Russa em 1998) em conjunto com as políticas econômicas adotadas pelo governo federal não foram capazes de fazer frente ao impacto das crises externas.

Desse modo, a política monetária foi utilizada de modo a conter a massiva fuga de capitais e conter a inflação. Em relação aos bancos, esses perdendo sua principal fonte de renda (floating inflacionário), buscaram redefinir estratégias e ampliar o portfólio de crédito, bem como se reestruturaram procurando enfrentar a competição estrangeira.

No entanto, tanto a instabilidade econômica e atuação do governo federal, quanto a baixa renda e desemprego elevado, não permitiram que o mercado de crédito para o consumo para pessoa física se desenvolvesse mais profundamente, o que ocorreu somente após o ano de 2003.

As sessões a seguir, discorrem sobre as principais evoluções relacionadas a expansão do crédito na economia de modo geral, e em relação ao crédito com recursos livres de modo particular.

Esta análise é fundamental para compreensão do movimento de expansão do crédito que foi essencial para o avanço da elevação do consumo de comerciais leves no período recente.

Capítulo 2: Novas perspectivas após 2003: inovações e estabilização – O novo ciclo de crédito entre 2003 e 2008

O Brasil vivenciou, no período de 2003 a 2008, a mais prolongada fase de expansão do crédito da sua história recente, com destaque particular ao crédito com recursos livres para o consumo das famílias.

Para entender o movimento recente de expansão do crédito e consumo das famílias, é necessário entender as mudanças e evoluções ocorridas, tanto do ponto de vista regulatório institucional, quanto do ponto de vista macroeconômico.

Para tal, a primeira sessão desse capítulo procura abordar as mudanças regulatórias, institucionais e macroeconômicas, que foram as bases para a evolução que se seguiu e que tiveram importância fundamental para possibilitar a expansão observada no saldo de crédito.

Em seguida, discute-se a evolução do saldo de crédito com recursos livres a nível macro, sem entrar em detalhes na evolução do saldo para pessoa física.

Essa sessão procurar evidenciar as principais tendências ocorridas, bem como elencar os principais determinantes, tornando claro o movimento geral do saldo com recursos livres. Esta sessão é chave para delimitar o escopo da análise, que na sessão subsequente foca somente na evolução do saldo de crédito com recursos livres para as famílias. Com isso, termina-se por compreender o movimento geral de crédito em relação a outras variáveis macroeconômicas, que em conjunto, explicam a evolução do saldo para pessoa física.

Esta análise é fundamental na compreensão da dinâmica do setor automobilístico e na aquisição de veículos pelas famílias, analisada no capítulo 3.

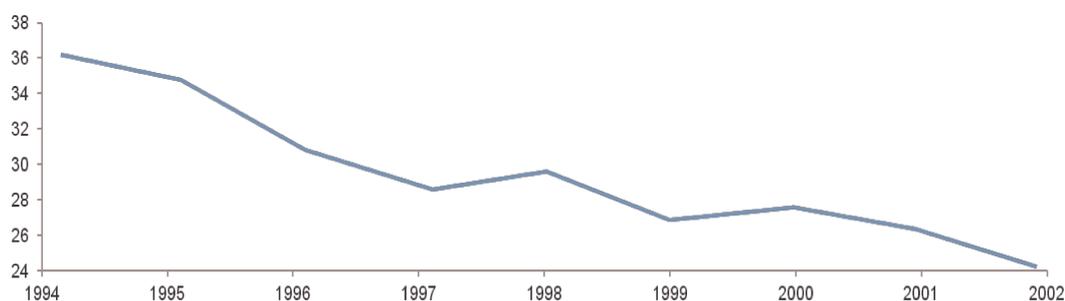
2.1. O cenário regulatório e macroeconômico no início de 2003 – Principais mudanças regulatórias adotadas pelo Banco Central e na condução da política econômica

O cenário macroeconômico no início da nova fase de expansão era marcada pela baixa relação crédito/PIB, em torno de 25% no final de 2002 (mesmo patamar do início da

década de 1990), alta taxa de juros, altos spreads bancários cobrados, curto prazo das operações de crédito e da inexistência de mecanismos de financiamento de longo prazo.

Era consenso entre os economistas do Banco Central que havia uma necessidade fundamental de expandir o crédito e assim, possibilitar que outros setores da economia se beneficiassem da expansão do consumo que ocorreria.

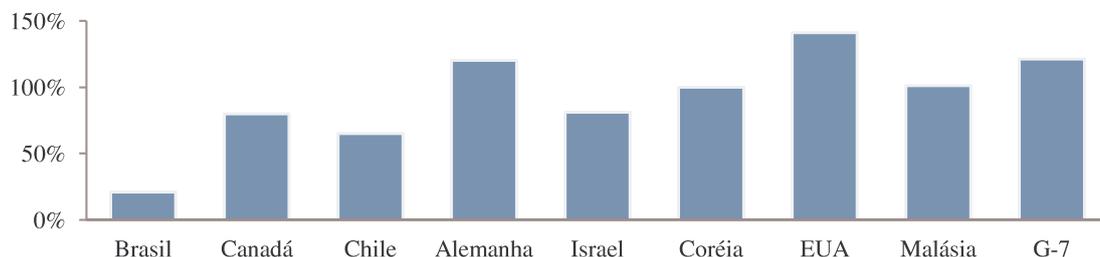
Gráfico 3 – Relação crédito como % do PIB – 1994 a 2002



Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Comparando o cenário brasileiro com outros países, evidencia-se um contexto muito negativo no início de 2003. O Brasil possuía uma relação crédito/PIB superior a poucos países emergentes: acima de México, Indonésia e Argentina, porém inferior a Coréia do Sul, Malásia e outros, onde essa relação superava 100%.

Gráfico 4 - Relação crédito como % do PIB, países selecionados (2003)

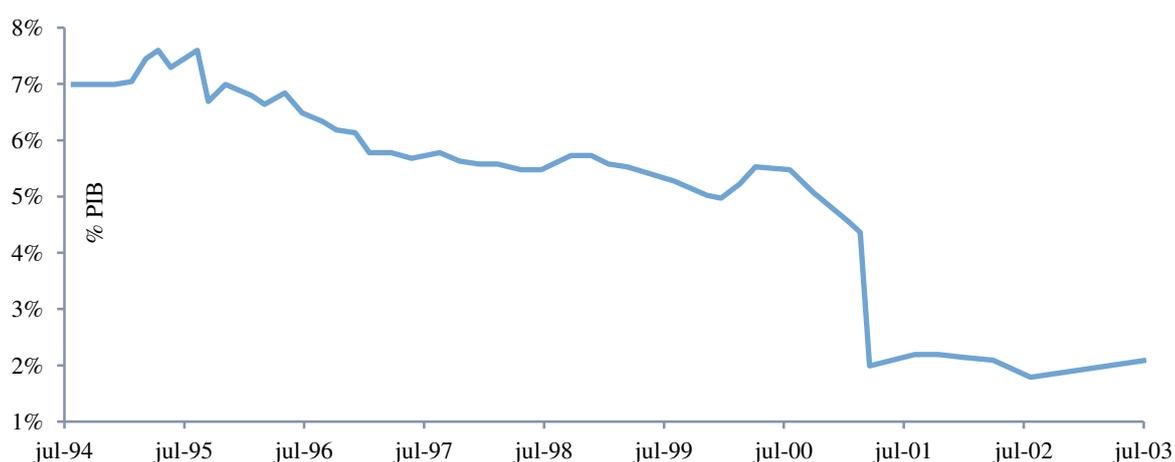


Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Ademais, outros desafios se colocavam para a economia brasileira e impactavam diretamente o mercado de crédito, entre elas destaca-se: i) as taxas de juros cobradas que, de

modo geral, eram altíssimas, o que inviabilizava a busca de crédito pela maior parte dos setores da economia real, uma vez que os agentes não conseguiam taxas “aceitáveis”, ou que fizessem valer a pena o financiamento; ii) o crédito habitacional, que a partir do segundo Governo Lula e principalmente após a crise de 2008, tomou novo fôlego para crescer, pois pode-se dizer que em 2003 era praticamente inexistente (já o saldo em dezembro de 2012 era superior a R\$255 bilhões); iii) o mercado de capitais, hoje fonte importante de financiamento de longo prazo pelas empresas, era pequeno e de acesso limitado a alguns poucos players recém privatizados ou a instituições oficiais do governo.

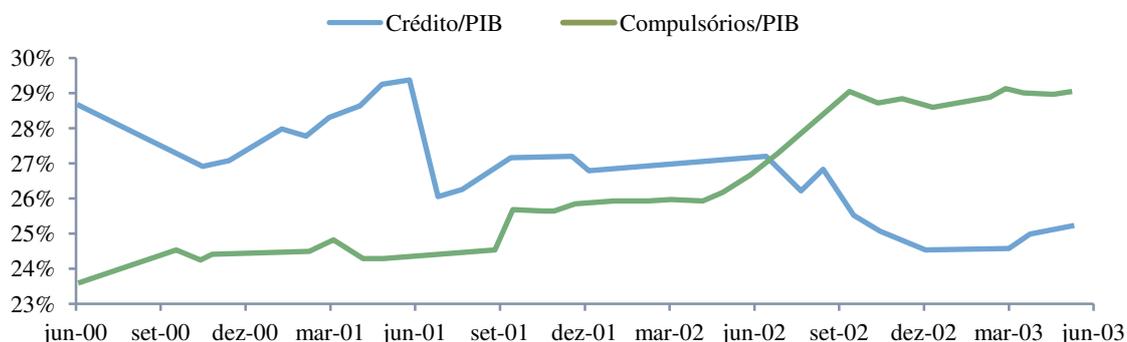
Gráfico 5 - Relação crédito habitacional como percentual do PIB – 1994 a Julho de 2003



Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Do ponto de vista do tomador de crédito, o consumidor e empresas, esse se apresentava a custos altíssimos (spreads), que em conjunto a outras variáveis (i.e. renda, emprego, etc.), se justificava segundo os policy makers pelas seguintes razões: i) baixa relação crédito/PIB; ii) elevado peso dos direcionamentos obrigatórios; iii) compulsório elevado; iv) cunho fiscal encarecia operações financeiras (impostos em cascata); v) alto grau de inadimplência; vi) elevado risco legal, devido a baixa qualidade de colaterais, justiça morosa e legislação pró-devedor.

Gráfico 6 - Relação crédito e compulsório como percentual do PIB – Junho de 2000 a Junho de 2003



Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Além de escasso, outro problema se apresentava: o crédito disponível não era todo direcionado para o setor privado, fomentando consumo e economia real. Uma grande parcela era consumida na rolagem de dívida imobiliária interna que nos anos precedentes havia se elevado substancialmente.

A taxa Selic, que estava no patamar de 20% no início de 2003, deveria cair, no entanto, não seria por si só suficiente para promover a elevação necessária do crédito. Fazia-se necessário a adoção de medidas capazes de elevar a oferta de crédito, bem como diminuir significativamente seu custo (“spread” cobrado).

Tendo em vista esse cenário e preocupado em promover o desenvolvimento do crédito na economia brasileira, o Banco Central propôs a adoção das seguintes medidas: i) Nova Lei de Falência; ii) Cédula de crédito bancário; iii) Compensação (netting) e liquidação de obrigações no âmbito do sistema financeiro; iv) cooperativas de crédito e correspondentes bancários; v) Programa de microfinanças; vi) reformulação da Central de Risco de Crédito do Banco Central; vii) criação do crédito consignado em folha de pagamento; viii) Criação da lei que regula a alienação fiduciária, entre outras.

As medidas acima, do ponto de vista regulatório e institucional, foram essenciais para o desenvolvimento do sistema de crédito observado nos anos que seguiram, e marcaram certamente uma mudança com relação ao padrão adotado anteriormente, focado no crédito para a produção e menos no crédito para o consumo, isto porque:

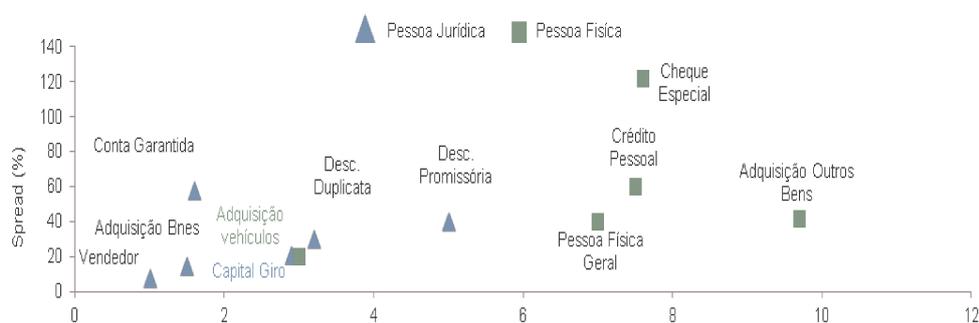
- A Nova Lei de Falências substituía um sistema regulatório antigo, da década de 1940. Moroso, o processo falimentar não viabilizava recuperação de empresas em dificuldades. Via de regra, o processo adotado resultava no sucateamento dos ativos da empresa falida. Além de não favorecer a economia e os credores, a situação no início de 2003 contribuía para a elevação dos spreads bancários.
- Redução do chamado Risco Legal (“risco de que uma parte sofra uma perda porque as leis ou regulações não dão suporte às regras do sistema de liquidação de valores mobiliários”, Glossário do Banco Central) através da criação da cédula de crédito bancário (Lei nº 10.931/2004) que dava maior agilidade no trânsito judicial e ampliava o escopo da alienação fiduciária em garantia.
- Medidas complementares e fundamentais que incrementaram o acesso ao crédito por parte da população de baixa renda: microfinanças, cooperativas de crédito e correspondentes bancários.
- A nova Central de Risco de Crédito foi muito importante para elevar o saldo de empréstimos, reduzir risco de crédito e inadimplência, reduzir taxas de juros e elevou significativamente a eficiência do mercado de crédito (Resolução CMN nº 2.724/2000).
- Criação do crédito consignado em folha de pagamento através da Lei nº 10.820/2003. O crédito consignado é uma modalidade de empréstimo com pagamento indireto, cujas parcelas são deduzidas diretamente da folha de pagamento da pessoa física. Inexistente no começo de 2003, em dezembro de 2008 atingiu saldo superior a R\$ 82 bilhões.
- A lei nº 10.931/2004 relativa a alienação fiduciária e outras matérias, destacando-se entre elas: alienação fiduciária de coisa fungível, alienação fiduciária de automóveis, patrimônio de afetação (regime especial de garantia da incorporação imobiliária, e que vem sendo usado, com maior intensidade, pelo mercado das empresas de construção civil), e valor incontroverso.
- Outras medidas regulatórias importantes são: Letra e cédula de crédito imobiliário através da lei nº 10.931/2004, Carta Garantia por meio da Resolução CMN nº 3.155/2003 e por fim, Subvenção ao Seguro Rural, lei nº 10.823/2003.

Ademais, era necessário adotar medidas mais concretas no sentido de ampliar a concorrência entre os players privados, de modo que esses reduzissem spreads e elevassem a oferta de crédito.

Entre as medidas adotadas, destacam-se: i) Regulamentação por meio da Resolução CMN nº 3.106/2003 das “Cooperativas de Crédito Livre de Admissão”; ii) Ampliação dos correspondentes bancários através das Resoluções CMN nº 3.110/2003 e 3.156/2003; iii) Como previamente discutido, a implementação do Sistema de Informações de Crédito – Nova Central de Risco de Crédito, Resolução CMN nº 2.724/2000.

Assim, tendo em vista os desenvolvimentos regulatórios e principais medidas adotadas pelo Banco Central, bem como as perspectivas diferentes em relação a economia e cenário político, a partir de 2003 os bancos privados assumiram uma postura mais ativa na concessão de crédito e passou-se a observar uma recuperação do crédito bancário.

Gráfico 7 - Relação entre spread bancário e nível de inadimplência (dezembro de 2003)



Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Essa postura mais atuante é observada na concessão de crédito dos bancos vis-à-vis a compra de títulos federais, ou seja, os bancos reduzem proporcionalmente o montante aplicado em títulos para expandir as operações de crédito, de modo que assumem uma estrutura ativa com menor grau de liquidez.

Num contexto de robustez patrimonial e operacional - propiciado pelo processo de ajuste e reestruturação do período precedente - a confirmação da garantia de que não haveria alteração na política econômica do novo governo e, principalmente, a melhora progressiva do

ambiente macroeconômico, induziram os bancos a expandirem de forma mais ativa os empréstimos aos agentes privados. (Prates e Freitas, 2010)

Esse período foi marcado pela retomada dos bancos privados nacionais, buscando ampliar market-share e elevar suas operações de crédito.

Outros determinantes, de ordem externa, também foram fundamentais na configuração de um cenário macroeconômico mais estável.

Para uma economia como a brasileira, sujeita a vulnerabilidades externas e marcada por alta volatilidade e movimentos bruscos de entrada e saídas de capitais, de modo que a melhora externa e ampliação na entrada de capitais foram fatores chave.

Também, deve-se considerar o fato de que a impossibilidade de emissão de dívida em divisa própria em face das melhorias externas propiciaram importantes melhoras para estabilidade da economia brasileira, notoriamente juros e inflação.

A recuperação que se desenvolveu apresentou características importantes e bastante diferentes daquelas existentes no período anterior a 2003. A queda nas taxas de juros incentivaram os bancos a ampliarem o crédito em busca de maiores rentabilidades, de modo que estes reduziram o spread praticado e alongaram o prazo médio das operações de crédito.

Deste modo, Cintra (2006) afirma que um novo ciclo de crédito se iniciara. Os bancos varejistas nacionais que haviam perdido participação no mercado para bancos estrangeiros, retomaram suas posições e deram início a uma forte expansão em suas linhas de crédito, focando no aumento das margens de lucro e participação de mercado.

Entre outras modalidades de crédito, a que mais se ampliou entre 2003 e 2008 foi o saldo de crédito com recursos livres que aumentou em 215% (de R\$88,0 bilhões em 2003 para R\$277,6 bilhões em dezembro de 2008).

A significativa ampliação ocorrida foi fruto de um processo de reestruturação do sistema financeiro brasileiro, associado à abertura do setor ao capital externo e à adaptação das instituições financeiras a um ambiente de menor inflação, bem como fruto das mudanças

regulatórias inicialmente adotadas pelo Banco Central, como previamente discutido (Corazza, 2000).

Dessa forma, como mostra o Gráfico 8, após um longo período de curtos momentos de elevação seguidos de fortes quedas – que em conjunto levam a relação crédito/PIB do pico de 36,8% em janeiro de 1995 para o piso de 21,8% no período de janeiro a março de 2003 – a trajetória é de crescimento praticamente ininterrupto até o recorde histórico de 41,1%, atingido em dezembro de 2008 (Biancarelli e Prates, 2009).

Gráfico 8 - Evolução do crédito total e para o setor privado – em % do PIB



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Biancarelli e Prates, 2009.

A elevação da relação crédito/PIB, que permaneceu abaixo de 30% por quase toda a década de 1990, volta a se elevar a partir de maio de 2003, antes, porém da criação do crédito consignado.

O crédito consignado teve papel fundamental neste quadro de expansão do crédito. Nessa modalidade de crédito, a avaliação da capacidade de pagamento do tomador é mais fácil do que no caso do crédito empresarial, que exige conhecimento do ramo de negócios, análise financeira e monitoramento das atividades das empresas. E, como as taxas de juros praticadas no segmento de pessoas físicas são superiores, tais operações são mais rentáveis (Freitas, 2007b; Fundap, 2007a).

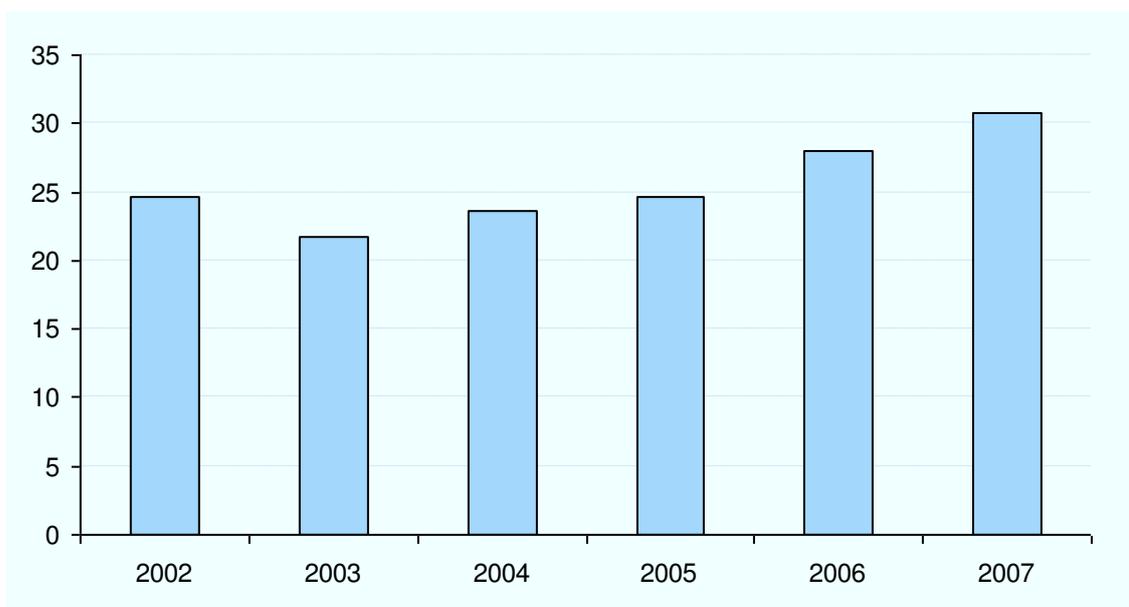
A conjuntura mais favorável junto à condução da política monetária, tiveram papel bastante positivo para alteração do cenário de crédito nos anos que se seguiram ao primeiro mandato do governo Lula. Após elevar a Selic para 26,5% ao ano em fevereiro de 2003, o BCB inicia um primeiro ciclo de cortes em junho do mesmo ano que, até março de 2004, levou a taxa para 16% ao ano (Biancareli e Prates, 2009).

No segundo semestre de 2004, porém, houve nova elevação das taxas de juros e os bancos criaram expectativas de novos aumentos, sendo que em setembro do mesmo ano acabou chegando ao nível de 19,75% ao ano, onde permaneceu até o segundo semestre de 2005.

Esta nova elevação das taxas de juros e seus efeitos sobre as expectativas parecem ter contribuído para um breve arrefecimento da trajetória ascendente da relação crédito/PIB que fica estacionada pouco acima dos 23%, voltando a crescer no último trimestre de 2004 (Biancareli e Prates, 2009).

A partir de 2004, segue-se um ciclo de flexibilização da política monetária e queda na taxa de juros. Em 2007, a Selic atinge o piso histórico de 11,25% ao ano, viabilizando a redução de spreads e ampliação do crédito.

Gráfico 9 – Operações de Crédito do Sistema Financeiro (em % do PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

2.2. Evolução do saldo de crédito com recursos livres para pessoa física entre 2000 e 2012

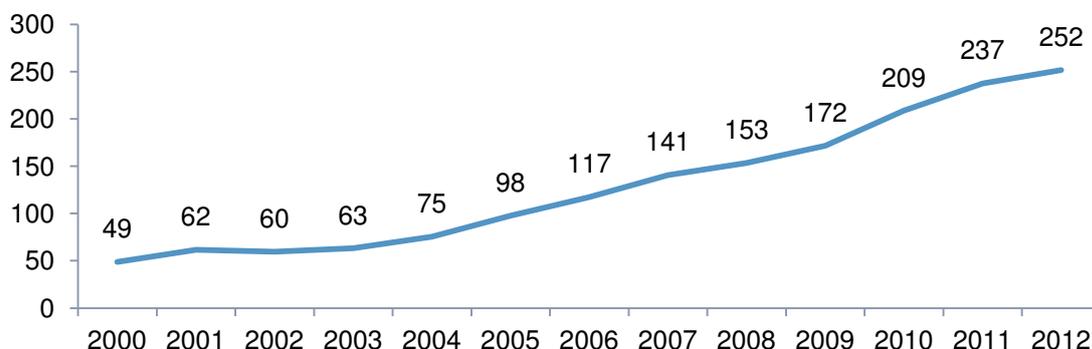
Entre 2000 e 2012, o saldo consolidado das operações de crédito com recursos livres para pessoa física cresceu de R\$51,3 bilhões em 2000 para R\$251,6 bilhões, em termos reais em 2012 (IPCA, 2012), um aumento de aproximadamente 5 vezes. Todo esse crescimento ocorreu no bojo de importantes avanços na economia brasileira em termos de distribuição e nível de renda, emprego, bancarização e redução das taxas de juros.

A análise do saldo de crédito com recursos livres para pessoa física é fundamental, uma vez que reflete o que aconteceu em linhas gerais com todo mercado de crédito e também o papel ocupado pelo crédito para aquisição de veículos.

Em termos reais durante 2000 e 2012, o saldo cresceu a uma taxa geométrica de 14,6% ao ano. Entre 2002 e 2003, o saldo de crédito cresceu 5,8%, já entre 2003 e 2004, ano em que diversos indicadores macroeconômicos e sociais apresentaram resultado bastante positivo e que representou o início do Governo Lula bem como do novo ciclo de crédito que se iniciava, cresceu 19,4%.

Entre 2000 e 2006 o saldo de crédito pessoa física cresceu a uma taxa geométrica anual igual a 15,8%, entre 2006 e 2012 igual a 13,6% e entre 2003 e 2012 (primeiro e segundo Governo Lula e metade do Governo Dilma) o período observou a maior taxa geométrica de crescimento anual, igual a 16,6%.

Gráfico 10 – Saldo total de crédito com recursos livres destinados a pessoa física entre 2000 e 2012 (R\$ bilhões)



Fonte: Bacen. Elaboração própria. Preços deflacionados pelo IPCA a preços de 2000.

O período entre os anos de 2003 e 2006 apresentam uma importante mudança na política adotada pelo governo em relação ao crédito. A gestão adotada no governo Lula implementou diversas mudanças no âmbito social e político que contribuíram para ampliação do crédito e tiveram a seguinte orientação:

“O primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) representou uma ruptura com o modelo político vigente no país dos últimos 20 anos. A partir de 2003, uma nova equipe de policy makers optou pela manutenção da política econômica do governo anterior, porém o conceito de acesso ao crédito passou a ser entendido como o conceito de micro-finanças, em sentido mais amplo, principalmente com a bancarização das camadas mais baixas da população e a concessão de crédito indistintamente para consumo ou produção, pelo sistema financeiro nacional.” (BARONE; SADER, 2008, p.7).

Entre outras medidas adotadas durante o período, destaca-se a edição, em junho de 2003, do "pacote do microcrédito", um grupo de medidas que objetivavam ampliar a oferta de serviços financeiros às populações de baixa renda. De acordo com Barone e Sader, as medidas se basearam em três pilares: (i) a massificação de contas simplificadas (bancarização); (ii) o estímulo à oferta de crédito por meio da destinação de parte dos recursos do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista e (iii) a formação de cooperativas de crédito de livre associação.

“Passa-se de uma lógica pautada em privilegiar o crédito produtivo como mecanismo de geração de emprego e renda para os empreendedores de baixa renda (governo FHC), para outra, de crédito

popular, incentivando maciçamente o consumo e, por consequência, gerando demanda na economia para crescimento do emprego e da renda.” (BARONE; SADER, 2008, p.7).

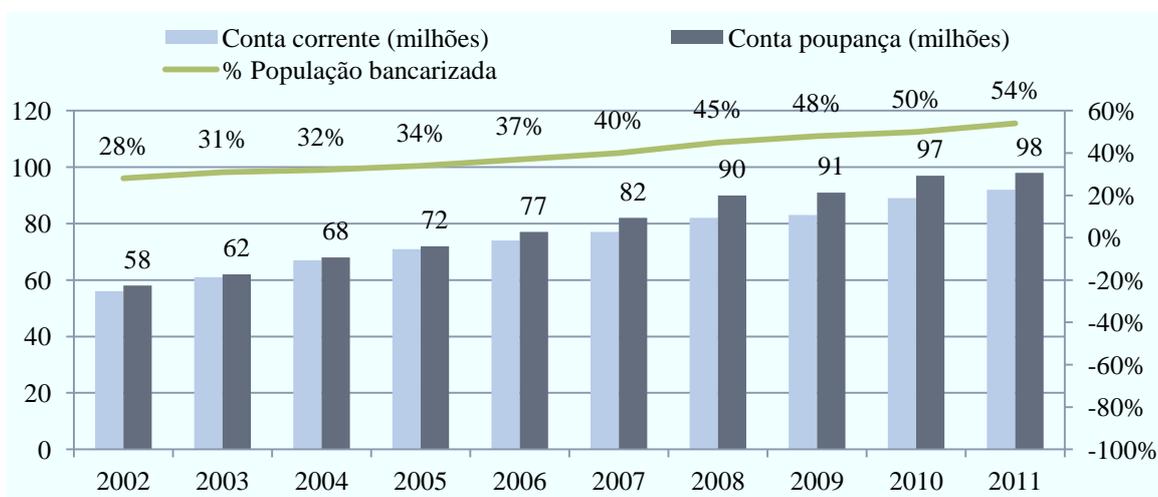
O gráfico 11 abaixo, representa a mudança significativa ocorrida durante os dois mandatos do governo Lula em relação a população com acesso ao sistema financeiro nacional. O número de contas poupança aumenta em 48 milhões, uma elevação de 68% entre 2002 e 2011.

A população bancarizada no país se eleva significativamente, passando de 28% para 54% da população total. Esta elevação foi crucial para que o crédito à pessoa física pudesse se ampliar significativamente.

De fato, o ritmo de expansão apesar de crescente, não foi totalmente contínuo, havendo momentos de maior e menor aceleração. O principal impacto negativo durante o período analisado (2003 a 2012) foi evidentemente a crise financeira mundial.

“A fase ascendente do ciclo teve início em maio de 2003 e se estendeu até agosto de 2008, enquanto que a fase descendente começa em outubro deste ano. Setembro de 2008 é o mês da transição: nele eclode a crise de confiança, mas seus efeitos sobre a trajetória do crédito somente transparecem (em alguns indicadores) a partir de outubro (...) Na fase ascendente, por sua vez, é possível identificar duas subfases: a primeira de dezembro de 2003 a fevereiro de 2008, quando a expansão do crédito ancora-se, principalmente, no dinamismo dos empréstimos com recursos livres para as pessoas físicas, e; a segunda de março a agosto de 2008, caracterizada pelas maiores taxa de crescimento do crédito com recursos livres para as empresas.” (Biancarelli e Prates, 2009)

Gráfico 11 - Evolução da bancarização no Brasil entre 2003 e 2007: evolução do número de contas corrente, contas poupança e percentual da população com acesso a bancos



Fonte: Banco Central e Febraban. Elaboração própria.

Assim como o acesso ao sistema bancário, o saldo de crédito para pessoa física foi constantemente crescente durante o período analisado, contudo o mercado de crédito apresentou desaquecimento durante a crise financeira mundial, que tem seus primeiros desdobramentos no final de 2007 e se aprofunda em 2008, com a diminuição da participação dos bancos privados no saldo total de crédito.

2.3. Análise da evolução do crédito para pessoa física e de suas principais variáveis – 2003 a 2012

Durante esse período, dado aumento na aversão ao risco das instituições privadas, essas se tornaram mais cautelosas e diminuíram o ritmo de empréstimos. Nesse sentido, os bancos públicos passaram a desempenhar um papel mais importante e a ganhar market-share.

Somente após 2009, os players privados retomam suas atividades e buscam retomar o market-share perdido:

“Constata-se que, após a crise financeira internacional de 2008/2009, o mercado de crédito volta a apresentar vigor a partir de 2009. Em fevereiro de 2010, a fim de reduzir os riscos dessa expansão de crédito, foram editadas medidas macroprudenciais para recompor o montante de recolhimentos compulsórios sobre os depósitos a níveis pré-crise. Em dezembro de 2010, outras medidas de elevação dos

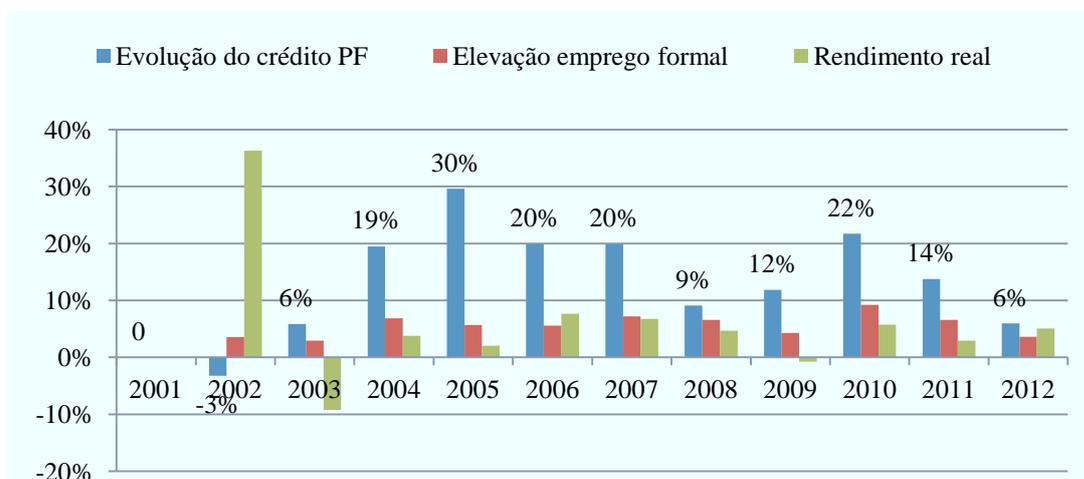
recolhimentos compulsórios foram implementadas, acompanhadas de medidas específicas para a moderação das concessões de crédito que objetivaram basicamente a redução dos prazos do crédito pessoal e do financiamento de veículos para pessoas físicas, por meio da majoração do requerimento de capital para as concessões de crédito de prazo acima de 24 meses.” (Economia Bancária e Crédito, Bacen, 2009)

Outros indicadores macroeconômicos obtiveram resultados muito positivos durante os últimos doze anos, e que são essenciais para análise proposta, como emprego e renda, no entanto, a taxa de crescimento anual do crédito se manteve muito superior à evolução da renda e do emprego, ou seja, o ritmo de crescimento de ampliação do saldo de crédito com recursos livres para pessoa física aconteceu de modo mais acentuado.

O saldo de crédito para pessoa física cresceu ano após ano, na média, 12,8%, já o emprego formal cresceu 5,2% a.a. e o rendimento real 5,4% a.a. O crescimento do crédito pessoa física acompanhou diversos avanços na economia, entre eles o avanço real da renda, estabilização econômica e queda na taxa básica de juros da economia.

O rendimento médio real efetivo das pessoas ocupadas em 2001 era de R\$1.304,00, atingindo R\$1.839,00 em 2006 e R\$2.333,00 em 2012. O aumento real entre 2001 e 2012 foi de 1,3 vezes. Além de elevado, este aumento permitiu que a classe C se ampliasse em 34,4 milhões de brasileiros, impulsionando o consumo e dando suporte para a elevação do crédito.

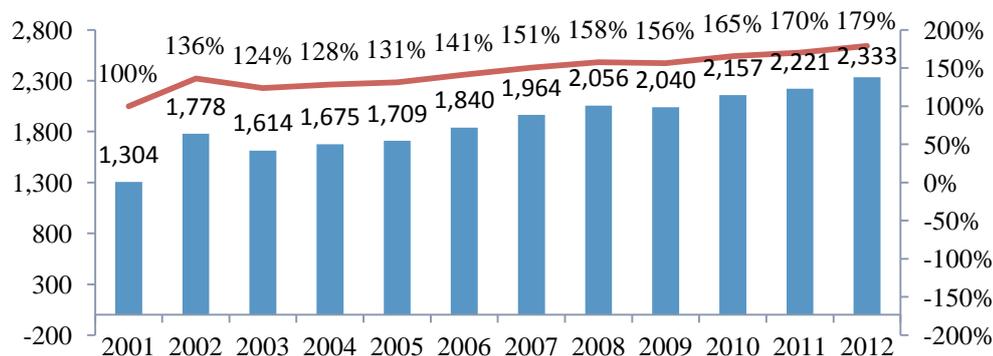
Gráfico 12 – Evolução da taxa de crescimento anual do saldo de crédito, emprego formal e rendimento real entre 2001 e 2012



Fonte: Bacen. Elaboração própria.

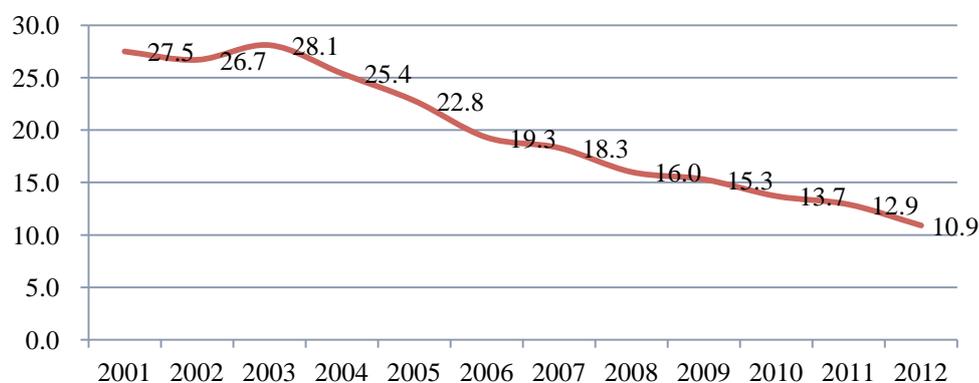
Em conjunto com a elevação da renda, o índice de pobreza seguiu em queda ano após ano. Este indicador, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, fornece informação quantitativa acerca do percentual da população em relação a população total que é classificado como “pobre”, ou seja, aqueles que ganham até R\$151,00 por mês.

Gráfico 13 – Evolução do rendimento médio real efetivo das pessoas ocupadas (R\$) 2001 – 2012 e índice de elevação da renda (base 100% em 2001)



Fonte: Bacen. Elaboração própria.

Gráfico 14 – Evolução do índice de pobreza (% da população sobre a população total definida como “pobre”)



Fonte: FGV. Elaboração própria.

2.4. Mudanças na taxa de juros e principais impactos para o consumidor

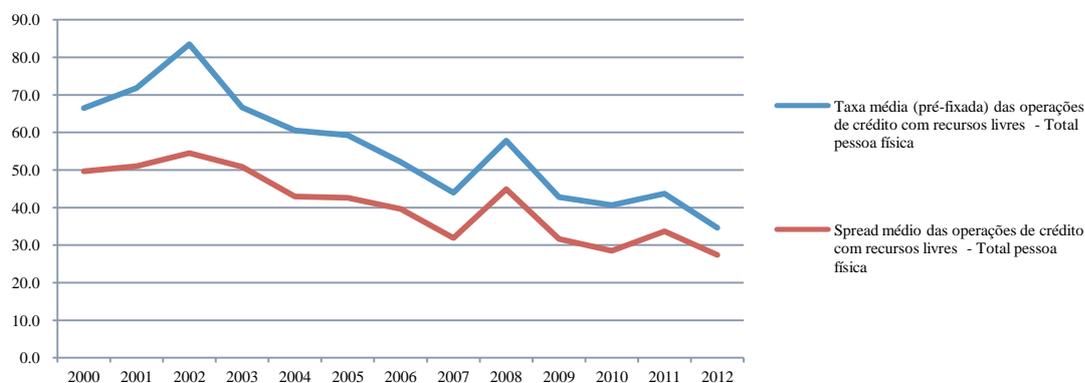
Outro importante indicador que contribuiu para a elevação do nível de crédito, foi sem dúvida a queda nas taxas de juros e a reorientação do governo Lula em relação ao modelo de concessão de crédito adotados anteriormente, muito mais focado na concessão de crédito para produção do que para o consumo.

A queda nas taxas de juros permitiu que os bancos diminuíssem o spread cobrado de modo que a demanda por crédito se elevou, uma vez que se tornou mais acessível.

O gráfico 15 abaixo indica que, com a menor volatilidade da inflação e câmbio, as taxas de juros seguiram em queda entre 2000 e 2012. Observa-se uma elevação entre 2008 e 2009, decorrentes da crise econômica.

A elevação na taxa de juros básica no período foi necessária para evitar que houvesse uma fuga de capital ainda mais abrupta, desvalorizando fortemente o Real frente ao Dólar. Nesse período, o Banco Central também atuou no mercado spot e futuro de câmbio, de modo a estabilizar a variação cambial e dar sinais claros para o mercado de que controlaria o câmbio dentro de uma banda cambial.

Gráfico 15 – Evolução da taxa média pré-fixada das operações de crédito com recursos livres (pessoa física) e spread médio das operações de crédito com recursos livres



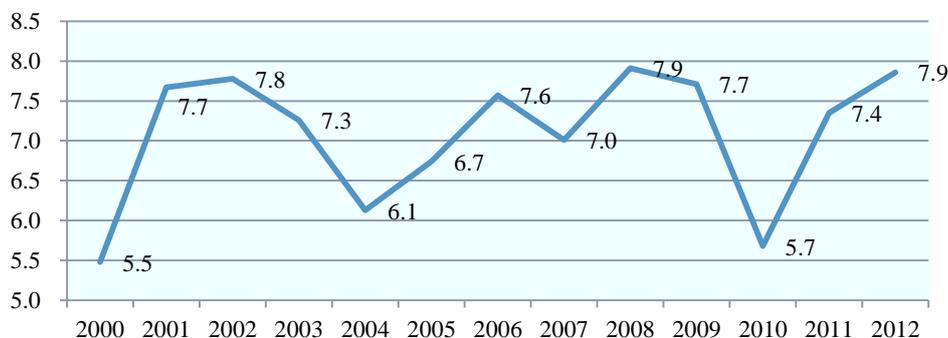
Fonte: Bacen. Elaboração própria. Taxa média anual praticada em dezembro de cada ano.

Em dezembro de 2000, a taxa de juros média praticada para operações com recursos livres para pessoa física era de 66,5%, caindo para 52,1% em dezembro de 2006 e atingindo 34,7% em 2012. O spread também seguiu em queda, saindo do patamar de 49,7% em 2000, para 39,6% em 2006 e 27,4% em 2012.

A queda nas taxas de juros, apesar de significativas, refletem pouco o que de fato aconteceu com a taxa básica de juros no período. A meta da taxa Selic em dezembro de 2000 era de 15,75%, caindo para 13,25% em 2006 e atingindo seu menor valor, 7,25% em outubro de 2012. De fato, as quedas substanciais na Selic não foram acompanhadas por igual movimento das taxas praticadas pelo mercado, que ao contrário, repassaram reduções muito inferiores aos consumidores, o que de fato é confirmado pelo elevado spread observado no período.

O nível de inadimplência das operações de crédito com recursos livres para pessoa física, outro indicador importante e que ajuda a explicar os spreads praticados pelos bancos, permaneceu estável entre 2000 e 2012, variando entre 5,5% em 2000 e 7,9% em 2012.

Gráfico 16 – Evolução da taxa de inadimplência das operações de crédito com recursos livres (inadimplência acima de 90 dias em relação ao total pessoa física, em percentual)



Fonte: Bacen. Elaboração própria. Taxa média mensal praticada em dezembro de cada ano.

Conclui-se que as principais variáveis na determinação do nível de crédito, contribuíram, em sua maioria, para explicar a elevação observada, ou seja, juros, renda, nível de emprego, redução da desigualdade, comportamento estável da inadimplência e redução no spread bancário.

Desse modo, é possível compreender que, dado o consumo reprimido a anos e explicados justamente pela falta dessas condições, observa-se durante todo o período e de modo mais acentuado durante final da década de 2000, uma elevação significativa e consistentemente dos níveis de crédito, tanto se observada a relação crédito/PIB, crédito por pessoa física, saldo total de crédito, entre outros, quanto se observamos a forte elevação do consumo das famílias de modo geral.

Capítulo 3: A evolução da demanda por veículos pelas famílias e o papel do crédito livre

As bases para evolução do crédito foram explicadas nos capítulos anteriores e demonstram o papel essencial que as políticas macroeconômicas possuíram na estabilização da economia e consequente ampliação do nível de renda, emprego e consumo. Com isto, é possível entender com maior profundidade a evolução do mercado de automóveis e o papel que o crédito para as famílias desempenhou na ampliação desse mercado.

Este capítulo pretende abordar as principais evoluções do consumo das famílias em relação a aquisição de veículos, destacando as principais mudanças na indústria, na política de crédito e medidas adotadas pelo governo que influenciaram o setor. Também busca-se entender o papel exercido pelos principais agentes financiadores do consumo de veículos, sobretudo os veículos comerciais leves.

Inicia-se o capítulo com uma discussão acerca da evolução da indústria automobilística no Brasil, destacando-se os principais indicadores relativos a produção, impacto no PIB, emprego e investimento. Em seguida, realiza-se uma discussão acerca da evolução do crédito no período, que foi capaz de sustentar a evolução apresentada.

3.1. A evolução do mercado de automóveis: uma análise da produção e atuação das montadoras

Existe uma estrutura extremamente organizada e extensa no Brasil, capaz de produzir atualmente mais de 4,3 milhões de veículos por ano. O Brasil possui 26 montadoras (incluindo montadoras de veículos agrícolas), 500 produtoras de autopeças e mais de 4,800 concessionárias. O mercado de automóveis movimentou em 2011, US\$121,3 bilhões e empregou mais de 1,5 milhão de pessoas (direta e indiretamente).

Em 2011, exportou US\$24,8 bilhões e importou US\$34,7 bilhões em veículos e autopeças, obtendo um saldo negativo de US\$9,9 bilhões. No mesmo ano, o setor automobilístico gerou US\$31,4 bilhões em tributos e teve participação de 21,0% no PIB industrial e de 5,0% no PIB total da economia segundo dados da ANFAVEA.

O setor de produção de automóveis é um dos setores mais importantes na economia brasileira e sem dúvida um dos mais dinâmicos, possuindo relações setoriais com aproximadamente 200 mil empresas (ANFAVEA, 2012).

Dada à abrangência do mercado brasileiro (o quinto maior do mundo de acordo com a OICA (The International Organization of Motor Vehicle Manufacturers), encontram-se aqui as principais montadoras do mundo, atuando na produção de veículos comerciais leves, caminhões e ônibus. A tabela abaixo traz a lista das montadoras que atuam no Brasil e as categorias de produção em que estão presentes.

Tabela 1.0 – Montadoras instaladas no Brasil: produtos, fábricas e emprego

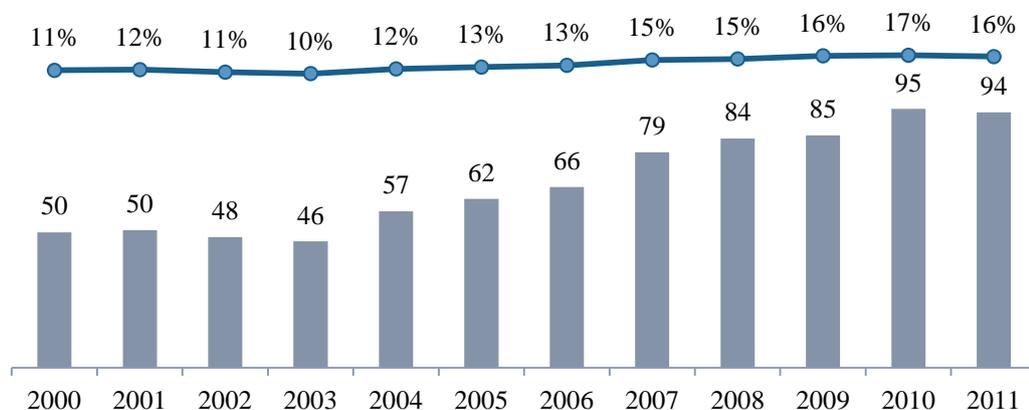
Empresa	Produtos				Fábricas	Concessionárias	Emprego
	Autos	Comerciais leves	Caminhões	Ônibus			
Agrale		x	x	x	4	70	1,823
Fiat	x	x			3	554	16,060
Ford	x	x	x		4	447	10,632
General Motors	x	x			4	377	24,075
Honda	x				1	125	3,145
Hyundai		x	x		1	201	1,692
International			x	x	2	13	36
Iveco		x	x	x	1	101	3,075
KG					1	-	693
Mahindra Bramont		x			1	30	74
MAN			x	x	1	111	1,141
Mercedes-Benz			x	x	2	197	14,290
Mitsubishi		x			1	175	2,698
Nissan	x	x			1	109	Renault
Peugeot Cit	x	x			2	295	5,198
Renault	x	x			3	187	6,175
Scania			x	x	1	87	3,530
Toyota	x				2	133	4,180
Volkswagen	x	x			4	419	25,689
Volvo			x	x	1	83	3,676
Total					40	3,714	127,882

Elaboração própria. Fonte: ANFAVEA, Relatório Anual 2012

Destaca-se a posição ocupada pela Fiat, Ford, General Motors e Volkswagen, que possuem em conjunto, 15 fábricas, 1.797 concessionárias e empregam 76.456 pessoas, sendo as principais montadoras de veículos automóveis e comerciais leves no Brasil.

Em termos reais, o faturamento líquido das montadoras com a venda de automóveis (excluindo máquinas agrícolas e veículos automotrizes) entre 2000 e 2011 foi expressivo, mais que duplicando no período e crescendo a uma taxa geométrica de 5,9% ao ano.

Gráfico 17 – Evolução do faturamento líquido com venda de automóveis (em US\$ bilhões) e participação no PIB Industrial (%)

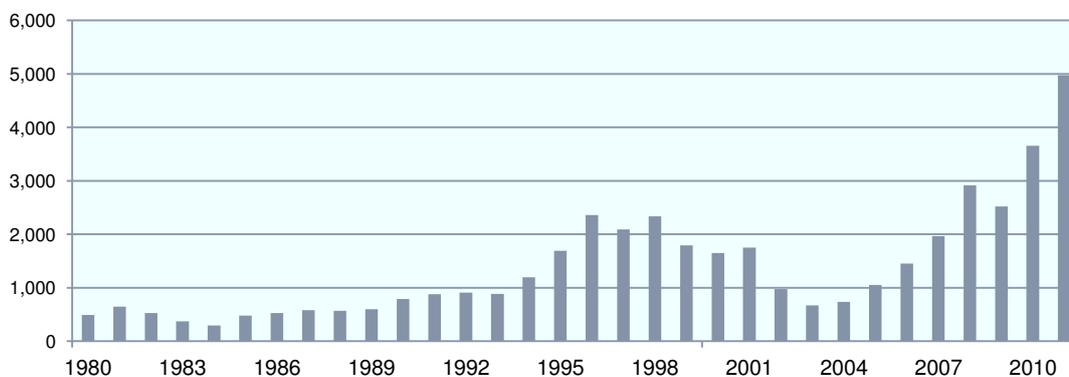


Elaboração própria. Fonte: ANFAVEA, Anuário 2012, preços reais de 2011 (IGP-DI média) convertidos em dólar pela taxa média de 2011 (Bacen). O ano base do PIB Industrial é 2011; para os demais anos consideram-se as taxas reais de variação anual convertidas em dólar pela taxa média de 2011 (Bacen).

A participação no PIB industrial é significativa em todo período e seguiu em franco crescimento entre 2003 e 2011, saindo de uma participação de 11,4% em 2000 para 16,2% em 2011.

Além de seu peso significativo no PIB Industrial, o setor apresenta forte dinamismo em termos de investimentos, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 18 – Evolução do investimento da indústria automobilística brasileira (apenas autoveículos), em US\$ milhões



Fonte: ANFAVEA, Anuário 2012. Elaboração própria.

É notável a evolução recente no valor absoluto investido no setor automobilístico. O crescimento entre 2000 e 2011 foi de 306%, já a taxa geométrica de crescimento entre 2000 e 2011 foi de 11,8% em termos reais.

A relevância do setor em termos de empregos diretos é historicamente significativa. Na década de 1990 o setor empregou 102 mil funcionários (apenas na produção de veículos, sem considerar máquinas agrícolas).

Já durante o período que vai de 2000 a 2011, empregou 98 mil funcionários na média. É importante notar, no entanto, que no final da década de 1990, o Brasil passou por uma forte crise econômica e cambial e que teve fortes impactos para a indústria, que reduziu drasticamente a mão de obra no setor.

A tabela abaixo traz os dados históricos relacionados a mão de obra empregada no setor. No início da década de 1990, empregava-se mais de 117 mil trabalhadores, reduzindo-se para pouco mais de 85 mil em 1999, uma queda de 27,5%.

Com a estabilização econômica e subsequentes melhoras no nível de renda e emprego, o setor voltou a ganhar fôlego e ampliar a contratação. O crescimento entre o ano 2000 e 2011, foi de 41,3%, uma taxa geométrica de crescimento igual a 3,9% ao ano.

Gráfico 19 – Evolução da quantidade de pessoas empregadas na produção de veículos (milhares)



Elaboração própria. Fonte: ANFAVEA, Anuário 2012

Com a estabilização econômica e subsequentes melhoras no nível de renda e emprego, o setor voltou a ganhar fôlego e ampliar a contratação. O crescimento entre o ano 2000 e 2011 foi expressivo, aumentando em 41,3%, relativo a uma taxa geométrica de crescimento igual a 3,9% ao ano.

A elevação do faturamento das montadoras, bem como o aumento do nível de emprego no setor, evidenciam o crescimento obtido e demonstram, portanto, o aumento no número total de veículos produzidos e vendidos. A tabela 2 abaixo, mostra a quantidade de veículos produzidos e o total vendido no mercado interno.

A produção de veículos também evidencia a crise que o país passou durante o final da década de 1990. A produção de veículos foi reduzida, evidenciando a deterioração do nível de renda e dos problemas macroeconômicos que o país passou.

A produção total de veículos comerciais leves entre 1997 (recorde de produção no ano) passou de 1.984 milhões veículos, para 1.286 milhões veículos em 1999, uma redução de 35,2%.

A análise do período recente, ao contrário do que ocorre no final da década de 1990, demonstra um fortíssimo crescimento do setor, com aumento de 100% na quantidade de veículos produzidos entre 2000 e 2012. O aumento na quantidade de veículos vendidos no mercado interno foi ainda maior, crescendo em 129%.

A queda no peso das exportações em relação a produção total de automóveis e comerciais leves evidencia a elevação da importância do mercado interno. Em 1993, a quantidade de veículos exportados representou 23,6% do total de automóveis produzidos, passando para 22,0% em 2000 e caindo para apenas 13,2% em 2012.

Em relação a frota total de veículos, o Brasil apresentou crescimento bastante expressivo. De acordo com dados da ANFAVEA, a frota total de veículos em 2001 era de 20 milhões de veículos, passando para mais de 32 milhões em 2010, aumento de 60% em pouco mais de uma década. Apesar de substancial, o aumento foi inferior ao observado por outros países emergentes como México, cuja elevação foi de 83% no mesmo período.

Apesar das altas taxas de crescimento nos últimos doze anos, o setor ainda apresenta muito espaço para crescimento, como é demonstrado pela baixa relação habitantes por veículos.

O Brasil possuía em 2001, uma relação habitantes por veículos igual a 8,6, passando para 6,1 em 2010. Taxa bastante inferior se comparada com Argentina e México, que em 2010 possuíam 4,0 e 3,5 habitantes por veículo, respectivamente.

Observa-se, portanto, que o setor automobilístico brasileiro apresenta importância ímpar para economia nacional, tanto em termos de emprego, investimento e tributos gerados.

Sendo o crédito para aquisição de veículos o alvo da análise desta monografia, pretende-se na próxima sessão deste capítulo, explicar as razões por trás da recente expansão observada no mercado brasileiro, de modo a deixar mais nítido o papel fundamental que o crédito desempenhou neste processo.

Tabela 2 – Produção total de autoveículos (em milhares de unidades)

Ano	Produção total de autoveículos	Produção de automóveis e comerciais leves	Vendas de autoveículos no mercado interno	Vendas de autoveículos no mercado externo
1993	1.391,4	1.324,7	1.061,5	328,9
1994	1.583,9	1.502,4	1.207,3	376,0
1995	1.629,0	1.536,4	1.359,9	270,2
1996	1.804,3	1.738,3	1.506,8	295,4
1997	2.069,7	1.984,4	1.640,2	416,9
1998	1.585,6	1.500,4	1.187,1	399,6
1999	1.356,7	1.286,5	1.078,2	274,8
2000	1.691,2	1.596,9	1.314,3	371,3
2001	1.817,3	1.716,5	1.423,0	390,9
2002	1.791,5	1.700,1	1.383,2	424,4
2003	1.827,0	1.721,1	1.314,9	534,7
2004	2.317,2	2.181,1	1.564,2	758,8
2005	2.357,8	2.215,2	1.623,5	724,2
2006	2.403,7	2.271,0	1.786,1	634,5
2007	2.815,9	2.647,3	2.185,6	634,6
2008	3.054,7	2.852,8	2.445,2	568,6
2009	3.077,8	2.926,7	2.652,4	368,0
2010	3.381,7	3.151,3	2.854,3	502,8
2011	3.401,7	3.136,9	2.775,2	545,1
2012	3.342,6	3.173,0	3.007,0	442,1

Elaboração própria. Fonte: ANFAVEA

3.2. O papel do crédito para aquisição de veículos na evolução recente do consumo de veículos: uma análise do consumo das famílias

O crédito para aquisição de veículos foi fundamental na evolução recente da indústria automobilística e nas altas taxas de crescimento apresentadas. Essa expansão foi liderada por diversos indicadores, entre eles, a evolução do crédito pessoal, do crédito consignado e da renda.

O crédito livre para aquisição de veículos apresentou durante todo o período de 2003 a 2012 características muito diferentes das outras modalidades de crédito para consumo. Primeiro porque se expandiu muito mais velozmente e segundo, porque apresentou uma

tendência de queda nas taxas de juros muito superior as outras modalidades, a despeito da inadimplência continuar em níveis similares (entre 5% e 7%).

Em 2003, o saldo de crédito para aquisição de veículos para pessoa física era de R\$88 bilhões. A taxa média de juros cobrada para consumo pessoa física era de 66,6% ao ano, de modo que o spread médio cobrado era de 50,9% ao ano. Já as taxas de juros médias cobradas para aquisição de veículos pessoa física eram muito inferiores, iguais a 36,9% ao ano.

A Selic em 2003 manteve-se num patamar elevado, em torno de 20%, o que contribuía para juros cobrados tão elevados, mas que de modo nenhum justificava spreads da ordem de 50,9%. Com a estabilização e iniciativas já discutidas, o crédito para consumo se amplia, de modo geral, e o crédito para aquisição de veículos de modo particular.

Entre as medidas adotadas que possibilitaram maior evolução do crédito para aquisição de veículos e principalmente para a queda de juros que se observa (as taxas médias de juros para aquisição de veículos em 2012 eram de aproximadamente 19,9% ao ano), foi sem dúvida a criação da Lei de Alienação fiduciária (Lei nº 10.931/2004).

A “Lei de Alienação” trouxe alterações importantes que alteraram o modo pelo qual a alienação de bens ocorria. Como apresentado no capítulo 1, essa lei, junto com outras alterações, tiveram importância especial na alteração do ciclo recente de crédito. De modo particular, essa lei impossibilitou que o devedor pudesse alienar ou dar como garantia para terceiros o bem que fora alienado previamente.

Desse modo, os bancos passam a realizar financiamentos cujos contratos preveem alienação do bem em questão (o próprio veículo) em caso de inadimplência ou mora da obrigação garantida.

Essa medida reduziu o risco que os bancos passaram a assumir quando realizavam o financiamento de veículos, uma vez que caso ocorresse default, o banco poderia executar a alienação do veículo e reaver rapidamente o valor financiado, ou ao menos parte, do crédito concedido.

Portanto, a lei nº 10.931/2004 ajudou a reduzir spreads cobrados e elevar o nível de crédito, gerando um efeito cíclico para o consumo, já que a redução dos juros atrai mais consumidores.

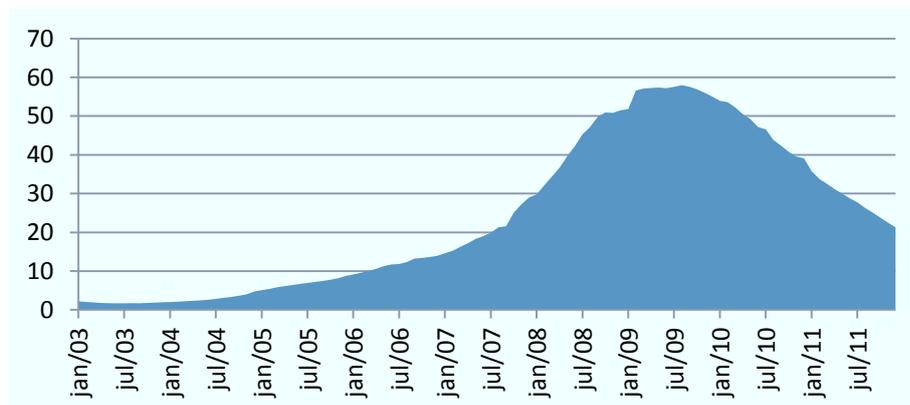
O menor rigor na concessão do crédito facilitou que o financiamento fosse realizado e o maior direcionamento dos bancos na concessão dessa modalidade também contribuíram para sua expansão.

Esta dinâmica alinhada com melhorias substanciais na renda (principalmente dos trabalhadores de grandes centros urbanos) foi fundamental para a grande expansão na aquisição de veículos pelas famílias (venderam-se aproximadamente 2,5 vezes mais veículos em 2012 que em 2003).

Além das mudanças regulatórias, o aumento expressivo do leasing foi também crucial para a elevação observada. O leasing é uma modalidade de empréstimo onde o bem em questão fica em propriedade do arrendador, ou seja, na concessão de empréstimo para aquisição de veículos, o bem é de propriedade do banco, porém o usufruto é do tomador do leasing. Alguns contratos previam a possibilidade da compra do veículo ao fim do contrato.

Essa modalidade dava segurança ao prestador, uma vez que em caso de inadimplência, simplesmente recuperava-se a posse do bem arrendado. Tal modalidade cresce muito entre os anos de 2004 e 2008, tornando-se muito popular. Segundo dados da ANEF, em 2004, 10% dos veículos adquiridos foram “adquiridos” por meio dessa modalidade, elevando-se para 18% em 2006 e chegando a 38% em 2008.

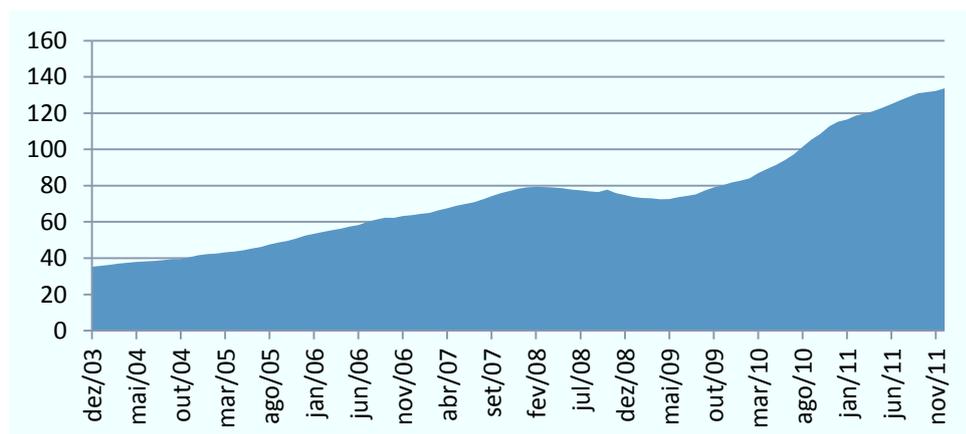
Gráfico 20 - Evolução do saldo total das operações de leasing – 2003 a 2011 (R\$ bilhões)



Fonte: Febraban. Elaboração própria. Dados em termos reais (IPCA, 2011).
Recursos livres para pessoa física somente.

Portanto, se por um lado novos mecanismos permitiram a evolução da aquisição de veículos, por outro, a disponibilidade de crédito foi a grande responsável. O saldo de crédito com recursos livres para pessoa física, considerando a modalidade aquisição de veículos, em dezembro de 2000 era igual a R\$ 24 bilhões (IPCA, 2011). Em 2005 tal valor se eleva em 2,1 vezes, aumentando 115%, passando para R\$ 52 bilhões. Vale lembrar que nesse período a venda de veículos para o mercado interno salta de 1.314 mil para 1.623 mil veículos, crescimento superior a 23,5%.

Gráfico 21 - Evolução do saldo de crédito para aquisição de veículos – 2003 a 2011 (R\$ bilhões)



Fonte: Febraban. Elaboração própria. Dados em termos reais (IPCA, 2011).
Recursos livres para pessoa física somente.

3.3. O financiamento de veículos entre 2007 e 2012: uma análise das principais mudanças e tendências

Como já discutido, o consumo de veículos se eleva a taxas altíssimas na última década, e como é de se esperar esse movimento é acompanhado pela evolução do crédito. Entre as modalidades, duas se destacam entre o período de 2003 e 2012, o crédito direto ao consumo e o leasing.

Em 2007, 30% das aquisições de veículos utilizaram o leasing como meio para realizar o pagamento da operação, crescendo 8 pontos percentuais somente em 2008, atingindo 38% do total, iniciando porém, a partir desse ano, uma forte queda: somente 23% das aquisições de veículos em 2009 utilizaram-se do leasing. Em 2010, nova queda, para 11% chegando a somente 2% em 2012.

A queda no leasing acompanhou os novos incentivos realizados pelo governo, que beneficiaram o financiamento de veículos em detrimento desta modalidade, por meio da redução das taxas de juros e IOF, tornando o custo do leasing muito menos vantajoso.

A modalidade mais atrativa, em todo período, foram os financiamentos através da concessão de crédito. Em 2007, 32% das aquisições de veículos foram realizadas por meio de financiamento. Em 2008, a modalidade sofre forte queda, por conta da crise financeira, atingindo 22%, porém se recupera a partir de 2009, superando o patamar anterior, atingindo 33% e seguindo em forte crescimento desde então. Em 2012, 51% do total de aquisições de veículos foram realizadas através de financiamento.

O gráfico abaixo traz o histórico dos meios de pagamento entre 2007 e 2012.

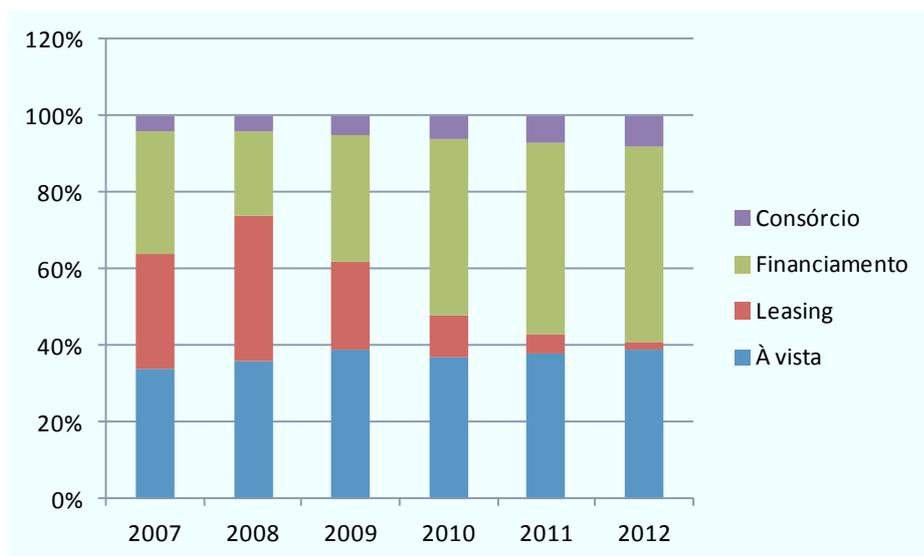
A evolução do financiamento foi acompanhada pela maior disponibilidade de crédito para aquisição de veículos, como já discutido, e também por maiores facilidades para realização das aquisições.

Dois fatores importantes são fundamentais no momento de realizar a aquisição de um veículo através do uso do crédito: o prazo do financiamento ao consumidor e as taxas de juros cobradas. Com a queda na taxa básica de juros e as medidas adotadas para estimular o setor, observa-se uma redução expressiva na taxa de juros cobrada pelos agentes financiadores (tanto intermediários financeiros, quanto bancos, principais financiadores).

A taxa média cobrada para as operações de financiamento de veículos em 2007 eram de aproximadamente 29% ao ano, subindo muito em 2008, por conta da crise financeira, o que elevou a aversão ao risco das instituições financeiras, chegando a 25,4% ao ano.

A partir das medidas anticíclicas adotadas pelo governo federal, a retomada do crescimento em 2010 e os estímulos para redução nas taxas de juros (por meio de maior competição promovida pelos bancos públicos em relação aos bancos privados) e quedas na taxa Selic, observa-se redução significativas nas taxas cobradas.

Gráfico 22 - Evolução dos métodos de pagamento para aquisição de veículos 2007 - 2012



Fonte: Banco Central. Elaboração própria

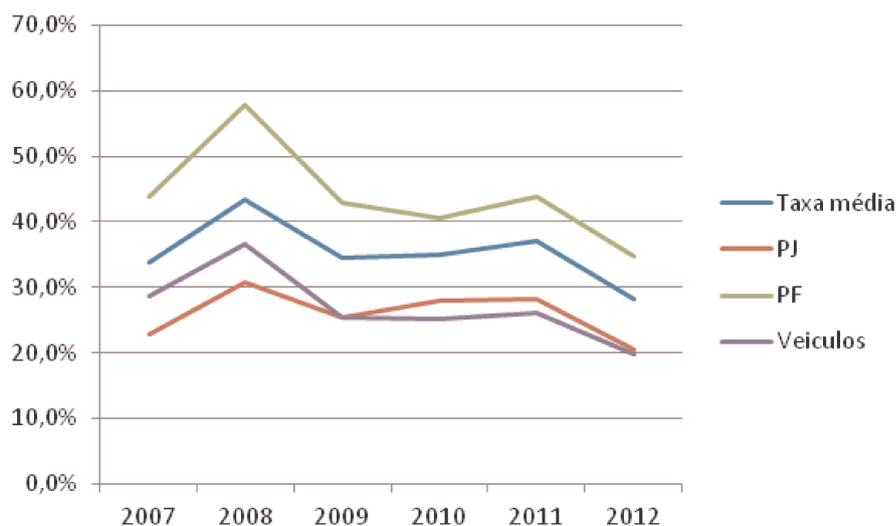
Em 2009 a taxa média cobrada cai para 25,4%, reduzindo-se para 25,2% em 2010 e após a forte redução da Selic em outubro de 2012, cortando-a para 7,25%, a taxa média das operações de financiamento de veículos atinge 19,9%, a menor taxa de todos os tempos.

Nota-se também, que além das quedas das taxas de juros média para aquisição de veículos serem expressivas (aproximadamente 10 pontos percentuais em 6 anos), essas também se reduzem mais expressivamente em relação as taxas cobradas para outras modalidades (crédito livre pessoa física e pessoa jurídica, total), como se observa no gráfico abaixo.

As decisões relacionadas as formas de pagamento (à vista, crédito, leasing, etc.) para aquisição de veículos são influenciadas pelas condições enfrentadas pelo consumidor. Os juros, como já apontado é fator crucial para tomadores de crédito.

Outro fator importante é, sem dúvida, o prazo relacionado ao financiamento. Portanto, analisar os prazos dos planos de financiamento oferecidos pelas instituições financeiras é tarefa relevante nesta análise.

Gráfico 23 - Taxa média de juros cobradas por instituições financeiras para PJ, PF e para aquisição de veículos entre 2007 - 2012



Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Em 2007, o plano máximo oferecido por instituições financeiras para realização do financiamento da compra de veículos era de 7 anos (84 meses) e o plano médio oferecido era igual a 3,5 anos (42 meses). A diferença entre o plano máximo e médio em 2007 era de exatamente 42 meses, ou seja, o plano máximo era exatamente o dobro do prazo médio.

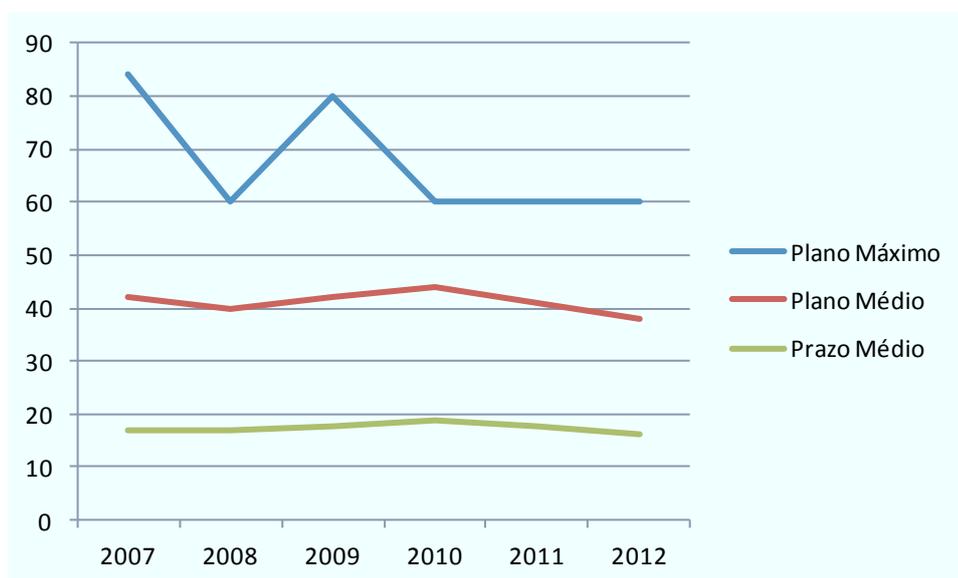
No mesmo ano, porém, o prazo médio das operações efetivamente realizadas era igual a 16,8 meses. Ao longo dos anos, observa-se que apesar da distância em meses entre o plano máximo oferecido e plano médio diminuírem, o prazo médio das operações efetivamente contratadas não se altera expressivamente, ficando em torno de 17,4 meses.

Em 2012, o plano médio das operações de financiamento se reduz ao seu menor valor, igual a 38 meses. Já o plano máximo era igual a 60 meses. Isso porque no final de 2010 (03/12/2010) o Conselho Monetário Nacional em conjunto com o Banco Central, elevaram a necessidade de capital dos bancos nas operações com prazos acima de 60 meses, de modo que

operações com tais prazos exigiriam que os bancos fizessem uma reserva 50% superior àquela exigida anteriormente (efetivamente, à época, para cada R\$100,00 emprestados, os bancos deveriam reservar R\$11,00, com a nova regra, prazos acima de 60 meses, exigiriam que R\$16,50 fossem reservados, o que reduz a disponibilidade de recursos potenciais para empréstimos).

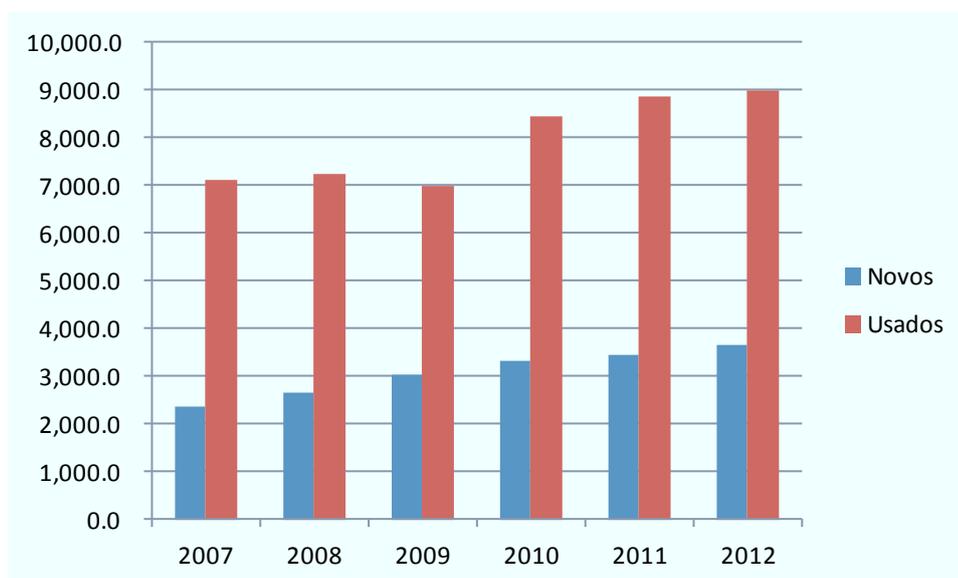
Desse modo, os bancos reduziram os prazos, sendo que o plano máximo oferecido em dezembro de 2010, 2011 e 2012 ficaram em 60 meses.

Gráfico 24 - Prazos dos planos de financiamento e prazo médio das operações – 2007 a 2012



Fonte: ANEF. Elaboração própria.

Gráfico 25 - Licenciamento de veículos novos e usados – 2007 a 2012



Fonte: Fenabrave / Renavam. Elaboração própria.

O resultado da expansão da disponibilidade de alternativas de financiamento observada, pode ser vista tanto na aquisição de veículos novos, quanto usados, como demonstra o gráfico 25 acima, que mostra o licenciamento de veículos comerciais leves novos e usados. Em 2007, foram licenciados um total de aproximadamente 9,4 milhões de veículos, sendo 7,1 milhões usados e 2,3 milhões novos.

Por fim, este capítulo evidencia o balanço geral na evolução dos meios de aquisição de veículos pelas famílias ao longo do período analisado, de modo a destacar a crescente expansão da importância do financiamento em relação a outros modo de pagamento, a tendência de queda nas taxas de juros e a estabilidade dos prazos de financiamento, o que em conjunto com as melhorias na renda das famílias, possibilitou a elevação na aquisição de veículos novos e usados nos últimos anos.

4. Conclusão

A análise realizada neste trabalho procura evidenciar que não foram apenas medidas pontuais que possibilitaram a expressiva elevação observada na expansão do crédito livre e na renda das famílias, o que possibilitou a elevação significativa na venda do setor de automóveis comerciais leves na última década, mas sim, um conjunto de medidas regulatórias e macroeconômicas, que atreladas as melhorias observadas por toda sociedade, em termos de renda e emprego, permitiram que o setor se desenvolvesse de modo tão acentuado nos últimos anos.

Também, observa-se que as principais alterações ocorridas e que beneficiaram as elevações do crédito e consumo para pessoa física, aconteceram durante o primeiro mandato presidencial do governo Lula que, em conjunto a melhorias macroeconômicas e um forte momento econômico vivenciado pela economia brasileira, paralelamente a um plano executado pelo policy makers do Banco Central, criou um ambiente propício para a expansão do crédito.

Destaca-se a importância da criação do crédito consignado em folha de pagamento, da Nova Lei de Falências, da Lei de Alienação Fiduciária e de outras medidas importantes como a criação da Nova Central de Riscos, da criação das cooperativas de crédito, entre outras medidas, que foram fundamentais para desenvolver um ambiente mais adequado para expansão do crédito livre para as famílias.

A elevação da competição observada pelos bancos nacionais privados no final dos anos 1990, bem como a perda das receitas de floating e operações de tesouraria, foram outro componente importante no processo de expansão do crédito para as famílias.

A opção pelos bancos privados por ampliar a concessão de crédito com recursos livres se apresentava como uma operação rentável e um nicho a ser explorado pelos bancos. Forçados pela competição externa e visando não perder market-share diversos dos bancos nacionais privados ampliaram a disponibilidade de recursos livres destinados às famílias.

A demanda reprimida por anos de estagnação econômica, baixa disponibilidade de renda e crédito, encontrou durante os anos 2000, uma população ávida por consumir, com renda significativamente superior àquela observada na década passada, baixo desemprego, alto nível de bancarização e taxas de juros em queda.

Atrelada às melhorias no campo econômico, observa-se uma elevação expressiva na produção de comerciais leves, bem como na entrada de novos players no mercado brasileiro. Desse modo, a venda anual de comerciais leves mais que duplica entre 2000 e 2012, saltando de 1.3 milhões veículos por ano em 2000, para mais de 3.0 milhões de veículos em 2012.

O crédito foi sem dúvida o principal motor da expansão observada, de modo que o ciclo de crédito entre 2003 e 2008, foi o maior ciclo de crédito observado pela economia brasileira, ampliando de R\$49 bilhões em 2000, para R\$252 bilhões em 2012 o saldo da carteira de crédito com recursos livres para pessoa física (em termos reais, IPCA).

Os recursos destinados para aquisição de veículos acompanharam o movimento geral de crédito, saindo do patamar de R\$40 bilhões em 2003, para mais de R\$135 bilhões em 2012, mais que triplicando em dez anos.

Espera-se, então, ter evidenciado, pelos dados apresentados, as principais variáveis e medidas adotadas, tanto pelos agentes públicos quanto privados, bem como ter destacado, o papel fundamental que o crédito desempenhou na expressiva evolução observada pelo mercado de comerciais leves nos últimos anos.

Por fim, destaca-se que, se por um lado o momento vivenciado entre os anos 2003 e 2008 foram excepcionais no desenvolvimento do crédito, por outro, reconhece-se que as bases para um novo ciclo e contínua ampliação desse mercado encontram-se presentes: a renda contínua a se elevar, a bancarização da população, bem como a penetração do automóvel está longe de atingir os níveis de países desenvolvidos, evidenciam um mercado potencial, com significativo potencial de expansão nos anos futuros.

5. Referências bibliográficas

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
(<http://www.anfavea.com.br/>)

ANEF – Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras
(<http://www.anef.com.br/>)

BACEN – Banco Central do Brasil (<http://www.bc.gov.br>)

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos (<http://www.febraban.org.br/>)

FENABRAVE – Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
(<http://www.fenabrave.org.br>)

DENATAN – Departamento Nacional de Trânsito (<http://denatran.serpro.gov.br>)

BARROS, José Roberto Mendonça de; ALMEIDA JR., Mansueto Facundo de. (1997) Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil. Secretaria de Política Econômica, Ministério da Fazenda.

BARONE, Francisco M.; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, v. 42, nº 6, nov./dez. 2008.

BARROS, José R.; ALMEIDA JR, Mansueto. Análise do ajuste do sistema financeiro no Brasil. Brasília, Secretaria de Política Econômica, 1997.

BIANCARELI, A. M. Integração, ciclos e finanças domésticas: o Brasil na globalização financeira. Campinas: IE-Unicamp, (tese de doutoramento), 2007.

CARVALHO, Carlos E.; OLIVEIRA, Giuliano C. Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real. São Paulo, PUCSP, Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Textos para Discussão 13/01, 2001, 14p.

CARVALHO, Fernando J. C. Estrutura e padrões de competição no sistema bancário brasileiro: uma hipótese de investigação e alguma evidência preliminar. In: PAULA, Luis Fernando; OREIRO, José Luís (Orgs.) Sistema financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2007.

CERQUEIRA, Daniel R. de C. Créditos e inadimplência no sistema financeiro nacional: evolução recente. Boletim Conjuntural – Ipea, n. 42, jul. 1998.

CINTRA, M. A. M. A reestruturação patrimonial do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 e 2005. In: CARNEIRO, R. (org.) A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula. São Paulo: Editora Unesp, p. 321-346, 2006.

CORSI, Francisco L. O Plano Real: um balanço crítico (1994–1998). Cadernos da F.F.C., Marília, v. 8, n. 2, 1998.

DARCY, S.; SOARES, M. Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central. Brasília: Bacen, 2004.

FEBRABAN. Evolução do crédito do sistema financeiro. Edição 24 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>>.

FEBRABAN. Pesquisa Febraban de projeções e expectativas de mercado. 5 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>>.

FREITAS, Lúcio F.; GÓES, Thiago R.; MOTA, Fábio B. A oferta de crédito no período pós-Plano Real. Revista Desenhahia, Salvador, v.4, n. 6, mar. 2007.

FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo. O mercado de crédito em 2009: a força dos bancos públicos. Nota Técnica do Grupo de Conjuntura, São Paulo: Fundap, junho, 2010. Disponível em <http://debates.fundap.sp.gov.br/>

FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo. Estratégias concorrenciais e crédito bancário no Brasil no contexto pós-crise. Boletim n° 6 , São Paulo: Fundap, junho, 2011. Disponível em http://novo.fundap.sp.gov.br/arquivos/PDF/Boletim_6_completo.pdf

FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo. Retomada do crescimento e ciclo de crédito no contexto pós-crise: avanços e retrocessos. Boletim n° 3 , São Paulo: Fundap, junho, 2011. Disponível em http://novo.fundap.sp.gov.br/arquivos/pdf/Bol3_TS_Retomada_do_crescimento_ciclo_do_credito.pdf

GUIMARAES, A. L. O papel dos bancos públicos do Brasil e da Índia no contexto da crise econômica mundial, 2004.

MATTOSO, Jorge. O governo Lula e o crédito. ed. 2006. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br>>. Acesso em: 08 maio 2009. MEIRELLES, Henrique. Brasil vai frear em 2009, mas menos que o resto do mundo, diz Meirelles. UOL. Entrevista concedida a UOL, São Paulo, edição 17 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.economia.uol.com.br>>.

PRATES E BIANCARELI, Panorama do ciclo de crédito recente: condicionantes e características gerais, 2009.

PAULA, L.F.R; ALVES JUNIOR, A.J; MARQUES, M.B.L. (2001) Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real, Estudos Econômicos, v.31, n.2, abril/jun.

ROCHA, Fernando A. S. Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000). Notas Técnicas, Banco Central do Brasil, 2001.

SOARES, R. P. (2001) Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação. Texto para Discussão IPEA, nº808. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

TROSTER, Roberto L. Overbanking no Brasil. São Paulo: Makron Books, 1998.